

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FEAAC – Faculdade de Economia, Administração, Atuarias e Ciências
Contábeis
Curso de Administração

RÔMULO GONÇALVES DINIZ

IMPACTOS SOCIAIS DAS MICROFINANCEIRAS NA CIDADE DE FORTALEZA

Fortaleza
2017

RÔMULO GONÇALVES DINIZ

IMPACTOS SOCIAIS DAS MICROFINANCEIRAS NA CIDADE DE FORTALEZA

Monografia apresentada ao Curso de Administração do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof. Mestre Alana Katielli Nogueira Azevedo

Fortaleza
2017

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - PIB Brasileiro (2000-2014).....	18
Tabela 2 - IDH Brasileiro (2000-2014).....	19
Tabela 3 - Distribuição de Renda no Brasil (2002-2011).....	26
Tabela 4 - Penetração de microfinanças por país e região (2008).....	30
Tabela 5 - População sem acesso a serviços bancários nos Estados Unidos, por faixa de renda.....	34
Tabela 6 - Evolução da Renda Familiar média por Ciclo (número de empréstimos).42	
Tabela 7 - Composição da Renda Familiar Média.....	43
Tabela 8 - Análise do Hiato de pobreza.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Novos Modelos Econômicos.....	29
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Desigualdade de Renda nos Estados Unidos (2014).....	10
Gráfico 2 - Expansão Econômica (2000-2007).....	25

RESUMO

As microfinanças são uma ferramenta relativamente nova do sistema financeiro. Desenvolvidas com a intenção de diminuir a desigualdade social e a extrema pobreza durante o século XX pelo professor e pesquisador Muhammad Yunus, o qual recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006, pouco se sabe do verdadeiro impacto dessa prática na pobreza e no desenvolvimento social das comunidades beneficiadas com programas de microfinanças. O presente trabalho tem como objetivo demonstrar, se existentes, as ferramentas para mensurar os impactos sociais das instituições de microfinanças nas comunidades carentes da cidade de Fortaleza, e discorrer sobre tais impactos. Pelo fato de não haver estudos que procurem analisar os impactos sociais dos microfinanças em uma determinada região, viu-se necessário uma pesquisa para que tais informações sejam apuradas. No estudo, a caracterização de impacto social se dá por fatores como a renda familiar, o desenvolvimento econômico da região afetada pela microfinanceira, o índice de escolaridade, o aumento dos bens de consumo e a diminuição do hiato de pobreza dos beneficiados, antes e depois de receberem os empréstimos. As análises foram feitas com base em pesquisas secundárias e pesquisas de campo com entrevistas aos representantes dos objetos de estudo; CredAmigo e Banco Paju. Os resultados encontrados mostraram uma dificuldade das instituições de microfinanças, da cidade de Fortaleza, em medir e calcular o tamanho do impacto de suas práticas nas regiões onde atendem. Os impactos sociais não puderam ser medidos precisamente por falta de ferramentas adequadas para a medição. Porém, os impactos sobre a renda familiar dos clientes de ambos projetos demonstraram melhoria.

ABSTRACT

Microfinances are a relatively new tool of the financial system. Developed with the intention of diminishing social inequality and extreme poverty during the 20th century by professor and researcher, Muhammad Yunus, whom received the Nobel Peace Prize in 2006, there is little known about the real impact of this practice on poverty and on the social development of the communities receiving microfinance programs. The present work has as objective, to demonstrate, if existent, the tools used to measure the social impacts of the microfinance institutions in the poor communities in the city of Fortaleza, and to discourse about such impacts. Since there are no studies looking to analyze the social impacts of the microfinances in a specific region, it became necessary to research about it so such information can be found. In the study, the characterization of social impact is given by data such as family income, the economic development of the affected region by the microfinance institution, the scholastic index, the rise of consumption goods and the decrease of the poverty gap of the benefited people, before and after the loans. The analysis was made based on secondary research and field research with interviews to the employees of the study objects; CredAmigo and Banco Paju. The results found showed the difficulty of microfinance institutions in Fortaleza to measure and calculate the size of the impact on their practices in the helped regions. The social impacts could not be measured precisely because of the lack of proper tools to do so. However, the impacts in the family income of the clients of both projects showed improvement.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Justificativa e problemática do estudo	12
1.2 Hipóteses.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Economia.....	15
2.1.2 <i>Função Social</i>	16
2.1.3 <i>A Economia e o desenvolvimento mundial</i>	17
2.2 O Sistema Bancário	19
2.2.1 <i>Funcionamento e Função Econômica</i>	20
2.3 O Setor Financeiro.....	21
2.3.1 <i>Papel do Setor Financeiro na Economia</i>	22
2.4 Expansões e crises econômicas.....	23
2.4.1 <i>Consequências sociais da crise de 2008</i>	24
2.4.2 <i>O Pós-Crise e seus efeitos no tecido social</i>	26
2.5 O Sistema econômico atual.....	27
2.5.1 <i>Novos Modelos Econômicos</i>	28
2.6 Microfinanças.....	30
2.6.1 <i>Sistema Bancário para as populações de menor renda</i>	33
2.6.2 <i>O Microcrédito no Brasil</i>	35
2.6.3 <i>O Microcrédito em Fortaleza</i>	35
3 METODOLOGIA	37
4 ANÁLISE DAS MICROFINANCEIRAS NA CIDADE DE FORTALEZA	38
4.1. Descrição dos Projetos CredAmigo e Banco Paju.....	38
4.2 Análise dos Projetos CredAmigo e Banco Paju.....	41
4.3 Limitações do Estudo.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51
Apêndice A – Entrevista	57

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da internet, no final do século XX, iniciou-se o processo mais moderno de globalização. As mudanças ocorridas após o surgimento da internet afetaram diversos setores da economia e possibilitaram uma nova maneira de se fazer negociações de valores no mercado financeiro. Hoje investidores podem transferir quantias e investir em qualquer produto ou serviço, em qualquer parte do mundo, com apenas alguns cliques na tela de um computador. Em 2013, o Banco de Compensações Internacionais (BIS) publicou uma pesquisa feita para descobrir o valor diário em transações financeiras internacionais. O resultado foi de 5,3 trilhões de dólares diários (BIS, 2013, p. 5). Esse valor inclui qualquer tipo de transação que envolva dois países.

Toda essa facilidade em transferir altos valores e a queda de fronteiras financeiras fez com que muitos investidores se voltassem ao mercado financeiro internacional. Com as novas ferramentas disponíveis aos investidores, o capital financeiro ficou cada vez menos ligado a produtividade do trabalho e mais ligado a acordos financeiros, alavancagem e especulação em mercados. Em países como Inglaterra, por exemplo, o dinheiro em circulação, e que de fato existe em forma de papel, representa somente 3% do valor total. Isso quer dizer que 97% do dinheiro existente na Inglaterra é virtual e é criado a partir de empréstimos do Banco da Inglaterra para bancos comerciais (POSITIVEMONEY, 2013).

Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de que o mercado financeiro, com tantas opções de investimentos e ferramentas para controle de risco, começou a receber cada vez mais a atenção de investidores, e o setor produtivo - extração, serviços, agricultura e indústria - que antes das finanças modernas liderava na captação de investimentos e era a principal medida para o crescimento econômico de um país, ficou em segundo plano.

Segundo informações da CIA (2015), a maioria dos países tem o setor de serviços com a maior participação em seu PIB, sendo que, tais serviços são atividades governamentais, comunicações, transporte, finanças, e todas as outras atividades econômicas privadas que não produzem qualquer bem material, ou seja, serviços que criam bens intangíveis.

Outro fator a se observar na economia é o fato de que, quando se fala de indústria no cálculo do PIB, não se está considerando somente a manufatura, são

consideradas também a mineração, a produção de energia, incluindo a energia derivada do petróleo, e a indústria da construção. A manufatura, que em 1995 representava 21% da média do PIB de todos os países do mundo, representa, em 2014, somente 15%, de acordo com o Banco Mundial (2016). Uma queda de 6 pontos percentuais em menos de 20 anos, que demonstra como a produção perdeu espaço em uma economia crescente, e deu espaço ao setor de serviços.

A redução da importância relativa da indústria no PIB da maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento pode fazer com que as taxas de desemprego aumentem (BANCO MUNDIAL, 2016). As empresas que se instalam no setor de serviços são geralmente pequenas e necessitam de pouco capital humano, além de muitas vezes utilizarem a terceirização como opção para manter os custos mais baixos (SEBRAE, 2013). Tais fatores, aliados ao aumento da utilização de tecnologia em todos os setores da economia, resultam em uma taxa de desemprego crescente e na precarização das relações de trabalho.

Essas significativas transformações refletem-se diretamente no mercado de trabalho, via o acirramento do processo de substituição do capital humano por máquinas e equipamentos - o que se pode considerar como mudança e aprimoramento dos modelos fordista e taylorista, com uma noção mais flexível da organização do trabalho (toyotismo, terceirização da produção), acarretando no aumento das taxas de desemprego, flexibilização das relações trabalhistas, achatamento dos salários reais e o aumento da informalidade do mercado de trabalho (SCHEFER, 2006).

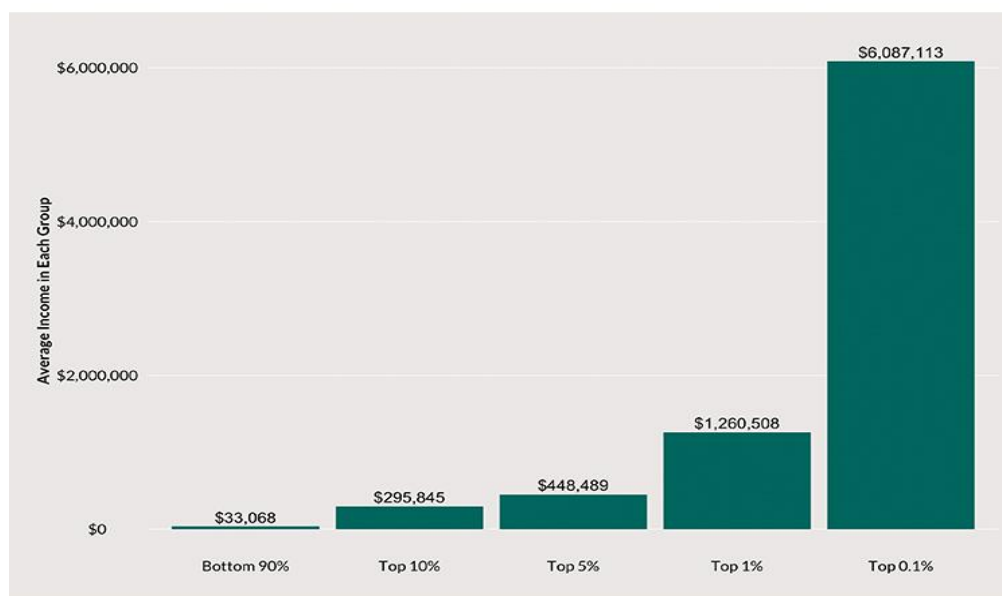
Enquanto grande fatia da população enfrenta o desemprego causado pela falta de oportunidades no setor de produção industrial e de serviços - ambos cada vez mais tecnológicos e necessitando predominantemente de mão-de-obra especializada - bancos comerciais, bancos de investimento, fundos de investimento e investidores institucionais aumentam suas riquezas sem estarem, de fato, produzindo qualquer produto ou serviço.

Como decorrência do aumento do desemprego, constata-se o aumento da desigualdade social, não só no Brasil ou nos demais países em desenvolvimento, mas em vários países desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos.

O Gráfico 1 mostra a média salarial anual dos 90% da população americana, sendo eles os 90% menos favorecidos financeiramente, e em seguida mostra a

média salarial anual dos 10% mais ricos, depois os 5%, 1%, até chegar nos 0,1% mais rico da população americana:

Gráfico 1 - Desigualdade de Renda nos Estados Unidos (2014).



Fonte: Emmanuel Saez and Thomas Piketty's analysis of IRS data. Washington Center for Equitable Growth, 2015.

O mesmo acontece no Brasil, onde mesmo após vários anos de melhora no coeficiente Gini, que mede a desigualdade social em uma determinada região baseado na renda dos 20% mais pobres em comparação aos 20% mais ricos, ainda existe uma grande diferença entre a população mais rica e o restante da população.

O coeficiente Gini é medido em uma escala de zero (pouco desigual) à um (muito desigual). No Brasil, de acordo com estimativas do Banco Mundial (2016), o Gini caiu de 0,593 no ano de 2001, para 0,529 no ano de 2013. Uma considerável parte dessa melhora na desigualdade social do país se deu pelas políticas aplicadas durante o Governo Lula, no qual foram prioridade a geração de emprego e a adoção de programas sociais destinados à base da pirâmide social, estes caracterizados pela transferência direta de renda às famílias de menor renda.

Com a crise mundial finalmente afetando a economia brasileira no final de 2013 e com o advento da crise política iniciada em 2014, a taxa de desemprego subiu consideravelmente, junto com a inflação e os juros, deixando as populações de baixa e média renda mais expostas às consequências das elevações desses indicadores. Segundo Sales (2016), o desemprego no país subiu de 6,2% ao final de

2013, para 11,2% no início do ano de 2016, deixando milhões de brasileiros desempregados.

No final do século passado, antes da crise financeira de 2008, vários economistas e outros estudiosos, percebendo a fragilidade do modelo econômico atualmente instalado na maioria dos países, já começavam a criar novas possibilidades nas áreas de economia e finanças, novas formas de lidar com a economia, de maneira sustentável.

De acordo com Triodos Bank (2014), a criação dos *impact investing*, economia sustentável, economia verde, microfinanceiras, *fair trade*, entre outras ferramentas que têm, como intuito, um impacto social positivo, são novas ideias que procuram amenizar a situação atual da economia mundial, principalmente para indivíduos desfavorecidos, sejam pobres ou miseráveis. No contexto atual da economia brasileira, é importante que haja apoio e investimento em melhorias sociais, e na criação de oportunidades para esses indivíduos.

A microfinança moderna, assunto central desta monografia, surgiu no final do século XX, quando o professor Muhammad Yunus da Universidade de Chittagong, em Bangladesh, iniciou uma pesquisa com o intuito de examinar a possibilidade de criar um método de empréstimo financeiro que poderia oferecer serviços de maneira similar aos bancos comerciais, porém, provendo os serviços a indivíduos pobres e de áreas rurais em particular (GRAMEEN, 2016). Os objetivos dessa pesquisa eram, entre outros, obter informações sobre a possibilidade de inadimplência e medir o impacto social causado por esses serviços.

Após alguns anos, foi constatada uma grande melhora nas condições das famílias que receberam os empréstimos de Yunus. Os empréstimos, que não continham juros, foram regularmente pagos pelas famílias, respondendo à questão da inadimplência. Em 1983, o projeto foi transformado em um banco independente: o Grameen Bank, que opera ainda hoje, apoiando milhares de famílias pobres em Bangladesh.

A ideia e o projeto de Yunus rendeu a ele um Prêmio Nobel da Paz no ano de 2006, pela criação do novo sistema de microempréstimos e pelo sucesso de seu banco em Bangladesh. A ideia de Yunus foi aderida por mais de 58 países, como Estados Unidos, Holanda e Noruega (GREMEEN, 2016).

Atualmente, o Brasil conta com várias empresas que oferecem o microcrédito. Muitas delas endossadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), como

o programa Crediamigo do Banco do Nordeste, sendo este, segundo informações do site da própria organização (BNB, 2016, p. 1), “o maior programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul, resultando em milhares de empréstimos a empreendedores a cada ano, principalmente na região nordeste do país”.

1.1 Justificativa e problemática do estudo

Apesar de micro empréstimos existirem a muito tempo, as microfinanças ainda são muito jovens em seu caráter mais moderno, o qual Muhammad Yunus criou. Existem vários estudos, porém nenhuma definição sobre a real contribuição social e efeito econômico do método.

O interesse dessa pesquisa é ajudar a definir a efetividade das microfinanceiras na comunidade de Fortaleza, procurando também comparar teorias que se contrapõem em relação às práticas que as instituições de microfinanças devem utilizar com os seus clientes.

De acordo com Smith (2011), o homem, ao investir, procura somente sua própria segurança e seu próprio ganho. Porém, no momento em que investe, o homem também tem intenção de oferecer o melhor produto, mesmo que seja para maximizar seus próprios ganhos, o que resulta, mesmo sem que exista uma intenção, em um benefício a sociedade.

Smith (2011, p.350, tradução nossa), diz ainda: “nunca vi muitas coisas boas feitas por pessoas que pretendem produzir algo pelo bem público”

Com base nas ideias do autor supracitado, é possível inferir que uma organização privada vai, mesmo sem intenção, trazer um benefício maior a comunidade do que uma organização que tem como propósito trazer benefícios públicos. Sendo assim, pode-se inferir que as empresas de origem privada e que estão sujeitas a interesses econômicos devem ser mais eficientes do que aquelas que estão sujeitas a interesses públicos e que são subsidiadas pelo governo.

Porém, de acordo com Piketty (2014, p.466);

Em suma, a redistribuição [de renda] moderna não consiste na transferência de riqueza dos ricos para os pobres, ou pelo menos, não de maneira explícita. Ela consiste em um financiamento dos serviços públicos e das rendas de substituição de forma mais ou menos igualitária para todos.

Considerando a ideia citada acima e a origem das microfinanças modernas, pode-se dizer que é papel do estado subsidiar serviços de microfinanceiras, já que estes têm como uma de suas finalidades a erradicação da pobreza e, conseqüentemente o aumento da qualidade de vida da população das camadas sociais mais baixas.

No contexto de um país como o Brasil, mesmo que não sejam de fato programas assistenciais do governo, as microfinanceiras oferecem um suporte financeiro para microempreendedores, que geralmente são pessoas de baixa renda (BNB, 2016). Portanto, para as microfinanceiras que estão de acordo com a ideia original de Muhammad Yunus de não procurar o lucro, seria necessário algum tipo de ajuda do governo.

As microfinanças estão presentes em todo o Brasil, principalmente na região nordeste, a mais pobre do país (IBGE, 2013). Esse contexto, no qual a cidade de Fortaleza está inserida, necessita de grandes transformações sociais; além de possuir uma incidência da pobreza de cerca de 43,17% (IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003.), Fortaleza possui uma população de mais de 200 mil pessoas que nunca frequentaram creche ou escola (IBGE, 2010). Com base nesses dados e pela maior facilidade de acessar as instituições de microfinanças, Fortaleza foi escolhida como local do estudo.

Sendo assim, parece necessário estudar e analisar possíveis ações a serem tomadas para que haja diminuição da pobreza e ascensão social na cidade de Fortaleza. É importante que existam estudos que demonstrem a eficácia das soluções propostas para esse problema, para que os recursos disponíveis para tal finalidade sejam alocados da melhor maneira, alcançando os melhores resultados possíveis.

Em se tratando de problemática do estudo, segundo Gil (2002, p. 27), o problema de pesquisa “indaga sobre como são as coisas, suas causas e conseqüências [e, é considerado] de natureza científica quando envolve variáveis que podem ser tidas como testáveis. ”. Deve apresentar as seguintes características: “a) O problema deve ser formulado como pergunta; b) o problema deve ser claro e preciso; c) o problema deve ser empírico; d) o problema deve ser suscetível de solução; e) o problema deve ser delimitado a uma dimensão viável (GIL, 2002, p. 29-30) ”.

Posto isto, indaga-se: em um contexto como o da cidade de fortaleza, existe de fato alguma melhoria social causada por programas de microcrédito?

Os objetivos da pesquisa se mostram claros. Como objetivo geral procurar-se-á analisar os métodos de funcionamento de diferentes microfinanceiras na cidade de Fortaleza, e seus respectivos efeitos no contexto social de seus clientes. Os objetivos específicos são: Identificar as diferenças entre as microfinanceiras que buscam e as que não buscam retorno em suas atividades e comparar o resultado financeiro e social de diferentes instituições de microfinanças.

Para que o trabalho seja devidamente fundamentado e os objetivos do mesmo sejam alcançados, é necessária uma fundação com base desde os princípios e os ideais econômicos, suas funções e evoluções, passando pelo sistema financeiro e os bancos comerciais, até chegar na situação econômica atual, as novas ideias surgidas da necessidade de sustentabilidade dentro do sistema econômico e o tema base da pesquisa; as microfinanças. Sem entender os motivos por trás da criação das microfinanças, não será possível visualizar de maneira íntegra a sua importância. Assim, a seção dedicada ao referencial teórico do presente trabalho foca em introduzir desde o início da teoria econômica até a situação atual da economia Brasileira. Está, também no referencial teórico, a introdução sobre os objetos de pesquisa; CredAmigo e Banco Paju.

1.2 Hipóteses

- a) As micro finanças são uma solução paliativa para o problema da pobreza e miséria em Fortaleza. As organizações estudadas ajudam em problemas sociais, mas não os solucionam.
- b) Os resultados financeiros de micro financeiras que buscam retorno em suas atividades são maiores do que o das que não buscam, porém, o oposto ocorre em relação ao impacto social causado por essas organizações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia

Pode-se dizer que a economia, como várias outras ciências, nasceu de uma necessidade humana. Muitos anos antes de se começar a estudar a economia como ciência, já existia o pensamento econômico. No século VIII antes de cristo, Hesíodo, poeta grego, escreveu o poema “Os trabalhos e os dias”, que já possuía conteúdo de pensamento econômico (BACKHOUSE, 2002).

De acordo com Moura (2012), Hesíodo relatava as dificuldades econômicas dos comerciantes de sua época, citando rotas de comércio que só poderiam ser utilizadas por chefes comunitários, que centralizavam o comércio. Outro fator relatado pelo poeta era a menor dependência dos grandes comércios em relação aos pequenos comerciantes e ao resto da população, já que, com essas novas rotas de comércio, novos mercados seriam encontrados.

Cerca de 1000 anos antes de cristo, na chamada “era das trevas”, e quando a monarquia era a principal forma de governo nas sociedades, já se via necessária uma organização social e econômica. Impostos eram cobrados, exércitos eram pagos, e trocas de produtos já existiam. Aliás, assim nasceu o comércio, baseado no escambo (troca de produtos por outros produtos).

De acordo com Ferreira (1999), a palavra “economia” tem sua etimologia do grego “oikonomia”, que significa “gerenciamento da casa”.

Em sua raiz, a economia tem uma grande relação com a filosofia. Aristóteles, que mantinha envolvimento com a política na Grécia antiga, pediu ao governo em uma de suas escrituras, por um órgão responsável pelo que ele chamava de “oikonomia”, e pedia pela intervenção política no comércio (BOOTH, 1993).

Em um contexto mais moderno, segundo Stiglitz e Walsh (2003, p. 10), “a economia estuda como pessoas, empresas, governos e outras organizações da nossa sociedade fazem escolhas e como essas escolhas determinam a forma como a sociedade utiliza seus recursos”.

Para Stiglitz e Walsh (2003, p.17);

A economia é uma ciência social. Estuda os problemas sociais da escolha do ponto de vista científico, o que quer dizer que parte de uma exploração sistemática do problema da escolha. Essa exploração sistemática envolve

tanto a formulação de teorias quanto o exame de dados. Os economistas recorrem às suas teorias para fazer previsões.

Com base na descrição de Stiglitz e Walsh e da raiz da palavra “economia”, é possível deduzir que a economia, em sua origem, está mais ligada a fatores sociais do que a fatores matemáticos e estatísticos. Porém, é importante lembrar que a matemática, as finanças, a estatística e a contabilidade estão extremamente relacionadas à economia moderna.

Por outro lado, Mises (1951, p.111), acredita que a “ciência econômica só nasceu quando iniciaram discussões sobre o preço do dinheiro em bens e serviços”. Ainda de acordo com Mises, tudo que envolve o cálculo do valor do dinheiro está ligado a ciência econômica. O trabalho dos filósofos gregos, relacionados ao “gerenciamento da casa” influenciou e foi mais relacionado com tecnologia e ciências naturais, não economia.

Após o nascimento da economia, foram encontrados dois ramos principais de estudo do tema: a microeconomia e a macroeconomia.

Para Stiglitz e Walsh (2003), a microeconomia está ligada ao estudo de pequenos grupos como famílias e negócios, estuda suas variáveis de influência e como as unidades de pesquisa tomam decisões. Já a macroeconomia estuda o comportamento geral de uma economia, analisando fatores como a taxa de desemprego e a inflação para tomar suas decisões. A macroeconomia junta a situação de todos os pequenos grupos e transforma em um, todos os negócios, pessoas, família, juntas, para informar uma situação geral.

2.1.2 Função Social

Segundo Parsons e Smelser (2002), encontrar palavras como “psicológica, social e política” dentro da literatura econômica é altamente comum, o que já indica uma presença da preocupação social dentro da economia.

É comum entre os economistas, entender economia como uma ciência social. A ciência econômica de fato influencia em aspectos sociais como o emprego, a pobreza, e a distribuição de riqueza.

No seu início, a economia era interligada diretamente com a política. Pode-se concluir, utilizando como base o conceito inicial da palavra economia, citado anteriormente, que a economia é a intervenção e o controle do estado sobre o

comércio, a produção e a distribuição de riqueza. Essa visão vai contra muitos pensamentos mais modernos sobre o que é a economia, especialmente o pensamento liberalista, o qual acredita em uma economia sem a intervenção do estado, completamente livre para se desenvolver e com capacidade de se autorregular.

Para contrapor a ideia de função social da economia, tem-se ideias como as de Smith (2011), o qual acredita em uma “mão invisível” que faz com que exista um equilíbrio e um benefício mútuo na sociedade sem que exista uma intenção ou algum tipo de intervenção na economia. Assim, o desenvolvimento da economia faz com que exista, concomitantemente, o desenvolvimento da sociedade.

Tendo como base as ideias de Smith (2011), poderia se inferir que a economia não tem diretamente a função de melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas influencia em fatores sociais, pois a partir do momento em que se desenvolve, gera resultados que influenciam a sociedade.

Por fim, não se pode afirmar que a economia tem uma função social, isso vai depender da visão de economia de cada indivíduo. Porém, pode-se afirmar que a economia é capaz de transformar uma sociedade e tem efeitos sobre esta. Os estímulos que a economia oferece, sejam eles quais forem, fazem com que exista uma corrida pelo desenvolvimento de todos os campos da sociedade, seja ele tecnológico, da saúde, da educação, etc.

É importante lembrar que atualmente não existem países completamente liberais economicamente e que, portanto, todos os Estados ainda possuem algum nível de poder para interferir nas decisões econômicas, alguns mais que outros, porém, todos influenciam em suas economias. E o estado sim, tem o dever de melhorar a sociedade que governa.

2.1.3 A Economia e o desenvolvimento mundial

Quando se pensa em países desenvolvidos, geralmente lembra-se de economias poderosas e de países com grande Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Porém, a palavra desenvolvimento está relacionada com vários outros fatores além do econômico.

O desenvolvimento social, por exemplo, de acordo com Midgley (1995), “pode ser visto como uma maneira de promover o bem-estar social”. Midgley relaciona o

desenvolvimento social e o bem-estar social com os níveis de desemprego, mortalidade infantil, criminalidade, expectativa de vida e alfabetização. Esses fatores, junto com o PIB *per capita* e alguns outros índices para calcular o nível de educação, formam o Índice de Desenvolvimento Humano, índice criado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas em 1990, “para enfatizar que as pessoas e suas capacidades devem ser o critério para medir o desenvolvimento de um país, não somente o crescimento econômico” (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Ainda de acordo com informações das Nações Unidas (2015), o IDH também tem a intenção de criar debates sobre escolhas e prioridades políticas, questionando, por exemplo, como dois países com o mesmo nível de PIB *per capita* podem ter resultados de desenvolvimento humano diferentes.

De fato, para visualizar como a economia influencia no desenvolvimento mundial, pode-se observar as tabelas temporais de suas respectivas evoluções.

As Tabelas 1 e 2 mostram, respectivamente, as informações de crescimento do PIB e do IDH do Brasil. Utilizando os mesmos anos nas duas tabelas, pode-se fazer uma comparação entre os resultados de cada índice.

Tabela 1 - PIB Brasileiro (2000-2014).

Ano	PIB Real (em Bilhoes US\$)	Crescimento Real do PIB (%)
2000	655,70	-
2005	892,03	3,20
2006	1.107,13	3,96
2007	1.396,79	6,07
2008	1.693,14	5,09
2009	1.672,62	-0,13
2010	2.209,75	7,53
2011	2.612,85	3,91
2012	2.459,52	1,92
2013	2.461,43	3,01
2014	2.415,91	0,10

Fonte: Banco Mundial (2016).

Tabela 2 - IDH Brasileiro (2000-2014).

IDH Brasil		
Data	Valor	Modificar (%)
2000	0,68	-
2005	0,71	3,37%
2006	0,71	1,11%
2007	0,72	1,12%
2008	0,73	1,41%
2009	0,73	0,12%
2010	0,74	0,90%
2011	0,74	0,23%
2012	0,74	0,19%
2013	0,74	0,26%
2014	0,76	1,57%

Fonte: Nações Unidas (2016)

Na Tabela 1, nota-se que alguns dos valores de PIB não estão de acordo com a porcentagem de crescimento apresentado. Isso ocorre pelo fato de terem sido utilizadas fontes distintas (IBGE e Banco Mundial) para encontrar os valores em dólar do PIB e seu crescimento real, em reais, por isso os valores não estão precisos.

Se feita uma análise das Tabelas 1 e 2, não é possível afirmar que de fato existe uma ligação direta entre o crescimento da economia e do IDH já que os anos de maior crescimento do PIB não correspondem aos anos de maior crescimento do IDH e enquanto houve um ano de decréscimo do PIB, todos os anos apresentados na tabela tiveram um crescimento do IDH, porém, pode-se observar que os dois cresceram durante a maior parte do período apesar de que o valor do crescimento de um, aparentemente não influencia no valor do crescimento do outro.

2.2 O Sistema Bancário

Para compreender o sistema bancário, é necessário, inicialmente, entender o que é um banco, quais são os tipos de bancos e quais as operações feitas por eles.

Um banco comercial, por exemplo, de acordo com Investopedia (2016), “é uma instituição financeira que possui licença para receber depósitos”. O banco

comercial pode também guardar dinheiro em poupança, fazer empréstimos, financiamentos, câmbio de moedas, aberturas de contas, entre outros produtos e serviços financeiros.

Outro tipo de banco são os bancos de investimento. Esses, de acordo com Investopedia (INVESTMENT BANK, 2016), são bancos que possuem o intuito de criar capital para outras companhias, governos e entidades. Segundo o Banco Central do Brasil (BANCOS DE INVESTIMENTO, 2016), “as principais operações ativas são financiamento de capital de giro e capital fixo, subscrição ou aquisição de títulos e valores mobiliários, depósitos interfinanceiros e repasses de empréstimos externo”.

Existem também os bancos de desenvolvimento, que são instituições financeiras controladas por governos, em âmbito mundial, nacional ou regional com o objetivo de induzir, com financiamentos, o desenvolvimento social e econômico de uma região. Para isso, oferecem ajuda nos suprimentos para financiamentos (Banco Central do Brasil (2016).

Cada um desses bancos funciona de maneira diferente e com objetivos distintos. Assim, não se deve definir o sistema bancário baseado em um só tipo de banco. Deve-se se caracterizar cada banco de acordo com suas funções e objetivos.

2.2.1 Funcionamento e Função Econômica

Os bancos comerciais são os bancos mais tradicionais. Eles operam na economia principalmente transferindo o capital que foi depositado por pessoas físicas ou jurídicas para outras pessoas físicas ou jurídicas na forma de empréstimos e financiamentos. Assim os bancos comerciais estimulam a economia, possibilitando investimentos e aumentando o consumo interno. Os bancos comerciais também ajudam na liquidez da economia, com a segurança da retirada de depósitos, a facilidade de adquirir crédito e com seu poder financeiro de comprar e vender ativos financeiros em grande escala (BAILY; ELLIOTT, 2013).

Já os bancos de investimento, segundo Investopedia (2016), operam na economia principalmente por meio do setor financeiro. Além de criar fundos de investimentos e subscrever ações de empresas que desejam abrir seu capital, os bancos de investimento também produzem outros tipos de ativos financeiros baseados em dívidas de pessoas físicas ou jurídicas. Esses bancos também

facilitam aquisições e fusões de empresas, o que pode causar impactos na economia.

Os bancos de desenvolvimento no Brasil, para o site do Banco Central do Brasil (2016), são instituições financeiras que estimulam a economia oferecendo crédito para pessoas de baixa renda, que não possuem condições para fazer um empréstimo ou financiamento tradicional em um banco comercial. Os bancos de desenvolvimento trabalham aplicando dinheiro em organizações parceiras que por sua vez repassam o capital adquirido para a comunidade de baixa renda. Isso possibilita que pessoas de baixa renda possam criar novos negócios ou investir nos seus negócios já existentes, possibilitando o crescimento desses micros empreendimentos e ajudando no desenvolvimento econômico e social do país.

É importante lembrar que existem bancos de desenvolvimento internacionais, como o Banco Mundial, o BIS ou o Banco de Desenvolvimento Inter-Americano. Estes também buscam o desenvolvimento da indústria, porém, em maior escala.

2.3 O Setor Financeiro

De acordo com Ferreira (1999, p.907), a palavra finança vem do francês; “finance”, que se refere a “situação econômica de uma instituição, empresa, governo ou indivíduo, com respeito aos recursos econômicos disponíveis”. Sendo essa visão menos interessante para o propósito de analisar as finanças como um setor econômico.

Uma visão mais ligada ao setor financeiro que se tem atualmente é a definição de Gitman (1997, p.4), que define finanças como a “arte e a ciência de administrar fundos”. Ainda para o autor, referindo-se as funções das finanças na sociedade, “finanças ocupa-se do processo, instituições, mercados e instrumentos envolvidos na transferência de fundos entre pessoas, empresas e governos. ”

Sendo assim, quando se fala de finanças deve-se sempre pensar em dinheiro, seja na sua forma de papel moeda ou em forma de bens materiais e outros papeis que tenham algum valor. As finanças envolvem todo o patrimônio de uma instituição, empresa, governo ou indivíduo, sendo esse patrimônio em forma de dinheiro ou em forma de bens materiais ou intelectuais. Basicamente, tudo que se possa, de alguma forma, dar um valor monetário, faz parte das finanças.

2.3.1 Papel do Setor Financeiro na Economia

Os bancos começaram a realmente participar ativamente da economia, a partir do momento em que começaram a alocar o dinheiro de pessoas que estavam poupando dinheiro, em empréstimo para pessoas que estavam precisando de dinheiro. Assim iniciou um processo novo de gerar rendimentos e alavancagem financeira, a partir de empréstimos aos quais os bancos cobriam juros.

A função dos bancos de gerar empréstimos ainda é uma das mais importantes dentro da economia, junto com a facilidade de prover liquidez. Sem o acesso ao crédito e ao financiamento, milhares de pessoas teriam dificuldades de comprar suas casas ou bens de consumo e empresas teriam dificuldade de fazer investimentos (BAILY; ELLIOTT, 2013).

Após o advento da internet o setor financeiro alcançou um novo patamar dentro da economia. Em 2013, o BIS publicou uma pesquisa feita para descobrir o valor diário em transações financeiras internacionais. O resultado foi de 5,3 trilhões de dólares diários (BIS, 2013). Esse valor inclui qualquer tipo de transação que envolva dois países.

Toda essa facilidade em transferir altos valores e a queda de fronteiras financeiras fez com que muitos investidores se voltassem ao mercado financeiro internacional. Com as novas ferramentas disponíveis aos investidores, o capital financeiro ficou cada vez menos ligado à produtividade do trabalho e mais ligado aos acordos financeiros, à alavancagem ilimitada e à especulação em mercados, aumentando, conseqüentemente, a participação relativa das finanças no crescimento econômico.

Mas além da sua participação no crescimento econômico, as finanças têm um alto grau de relacionamento com a economia. As atividades financeiras estão conectadas a fatores econômicos. Segundo Gitman (1997), as finanças são muito próximas da economia, pois todos os seus operadores trabalham dentro do campo da economia. É necessário o conhecimento econômico para se tomar decisões financeiras, seja dentro de uma empresa, instituição, governo ou na vida financeira pessoal.

Gitman (1997, p.11) diz que “o princípio econômico básico usado em administração financeira é a análise marginal”, a qual se baseia na medição dos benefícios marginais versus os custos marginais. Isso quer dizer que para a tomada

de decisão de um administrador financeiro ser considerada coesa, deve haver um embasamento na situação econômica do ambiente a ser administrado. Assim, é possível encontrar oportunidades de investimento em várias áreas do mercado, compreendendo seus riscos em relação ao atual momento e à expectativa futura da economia.

2.4 Expansões e crises econômicas

Segundo a *British Broadcasting Corporation* (2009), o ano de 2008 presenciou uma das maiores crises econômicas da história moderna da humanidade. Altas taxas de desemprego em países como Estados Unidos, Espanha, Portugal e Grécia. As bolsas de valores de vários países em queda, a economia mundial em declínio, famílias inteiras desabrigadas, indústrias paralisadas e bancos declarando falência.

Crises econômicas e financeiras não são eventos novos para a humanidade. De acordo com Southern (2011), crises econômicas existiam mesmo em 753A.C. quando o Império Romano se expandia. Pragas, guerras, invasões e outros fatores fizeram com que o império passasse por constantes crises.

As crises, segundo Claessens e Kose (2013, p.3), “são, em um certo nível, manifestações extremas das interações entre o setor financeiro e a economia real. ”. Essas crises ocorrem por conjuntos de eventos como falta de crédito, mudança brusca nos valores de ativos, paralizações de indústrias e altos endividamentos com gastos em guerras. Todos esses fatores podem causar crises financeiras.

Ainda para Claessens e Kose (2013, p.3), “é útil classificar crises em quatro grupos: crises de câmbio; crises de paradas repentinas (ou contas de capital ou balanço de pagamentos); crise de dívidas; e crise bancária. ” Todos esses tipos podem causar grandes perdas em vários setores da economia e afetar a economia de outros países.

De acordo com Barry Eichengreeno (2007), antes das crises, geralmente, a economia passa por um período de expansão. A expansão econômica provoca aumento de salários, diminuição de desemprego, crescimento da produção industrial e do consumo, possibilita um aumento de investimentos em setores como educação, infraestrutura e saúde.

As expansões econômicas e as crises, portanto, se inter-relacionam. Uma precisa da outra para ocorrer. É fato que não é possível se ter uma expansão

contínua, e que após expansões, crises acontecem naturalmente. E para que uma nova expansão se inicie, é geralmente necessária uma crise antes.

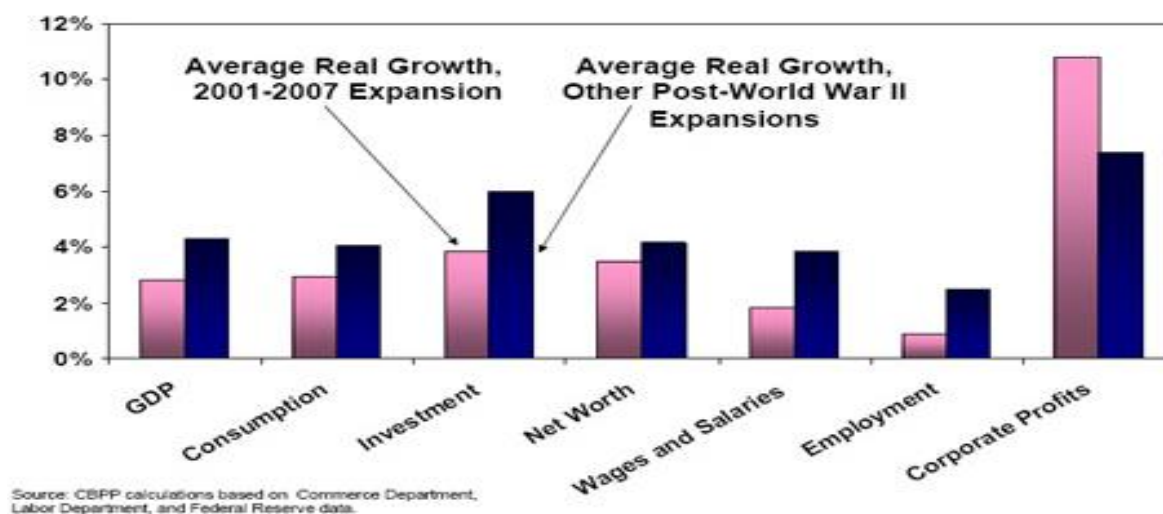
Um bom exemplo para simplificar esse assunto pode ser dado pela expansão pós-segunda guerra. Eichengreeno (2007), diz que os países europeus, não influenciados pela União Soviética, cresceram durante décadas após a guerra. Com seus países destruídos pela guerra, sua produção de bens interrompida e seus empregados voltando da guerra, a economia da Europa presenciou o mais longo período de expansão do século passado. Tudo que era necessário para crescer era voltar a produzir, construir e comercializar.

Após alguns anos de expansão econômica, as populações de vários países europeus puderam desfrutar de bens de consumo, direitos trabalhistas, menos horas de trabalho e de outros fatores de bem-estar social que estão presentes até hoje. Essas evoluções durante períodos de expansão econômica são muito importantes socialmente e ajudam em momentos de crise (EICHENGREENO, 2007).

2.4.1 Consequências sociais da crise de 2008

Segundo Aron-Dine, Kogan e Stone (2008), diferentemente das outras expansões pós segunda guerra, a expansão ocorrida durante os anos antes da crise de 2008 não beneficiou a maior parte da força trabalhista dos Estados Unidos. Os trabalhadores americanos de fato aumentaram seus salários e seu poder de compra. O desemprego diminuiu, o consumo e os investimentos aumentaram. Porém, não nos mesmos valores que em outros momentos de expansão econômica. Como mostrado no Gráfico 2, comparada as outras expansões econômicas, a dos anos antes da crise de 2008 só aparece superior no indicador de lucros corporativos.

Gráfico 2 - Expansão Econômica (2000-2007)



Por outro lado, de acordo com Shull (2010), no momento em que a crise ocorreu, o governo injetou capital exatamente nas corporações, que foram as maiores responsáveis pela crise e que também foram as que mais se beneficiaram durante o período de expansão econômica. Isso porque as corporações que foram beneficiadas pelo pacote de resgate do governo são principalmente bancos. Se esses bancos falissem, a economia entraria em colapso. Não haveria crédito, consumo, produção ou empregos.

Ainda para Shull (2010), não é a primeira vez que esse é o resultado de uma crise. É comum que as fatias mais ricas da população saiam intactas em sua grande maioria, e a população de baixa renda sinta os piores efeitos da crise, como o desemprego e a falta de suporte do governo. Isso reproduz um problema grande no sistema em que se vive atualmente: as grandes corporações se tornaram “grandes demais para falhar”. Ou seja, se grandes corporações falirem, todo o sistema entra em colapso devido ao efeito colateral na economia.

No Brasil, de acordo com dados do Banco Mundial (2016), a expansão econômica dos anos anteriores à crise propiciou ganhos principalmente às pessoas de baixa renda, diferentemente do que foi visto nos Estados Unidos. No Brasil, todas as faixas de renda aumentaram suas participações na renda total do país, exceto a faixa de renda mais alta, conforme apresentado na Tabela 3. O Índice de pobreza também diminuiu durante a expansão.

Tabela 3 - Distribuição de Renda no Brasil (2002-2011)

Nome da Série	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Participação na renda total do país dos 20% mais pobres	2,59	2,59	2,82	2,9	3	2,97	3,14	3,17	3,25	
Participação na renda total do país dos 20% mais ricos	62,93	62,21	61,24	61,03	60,43	59,57	58,85	58,34	57,56	
Participação na renda total do país dos 20% terceiros	10,4	10,65	10,93	11,04	11,23	11,6	11,8	11,98	12,3	
Participação na renda total do país dos 20% dos quartos	18,03	18,36	18,55	18,48	18,59	18,97	19,09	19,22	19,36	
Pobreza em relação a população baseado em 1.90 dólares/dia (%)	12,31	12,71	11,04	9,55	7,94	7,6	6,29	6,18	5,5	

Fonte: Indicadores do Banco Mundial. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports>>

É possível perceber, olhando a Tabela 3, que a expansão econômica no Brasil durou mais tempo do que nos Estados Unidos, chegando até o início de 2012. Para Torós (2009), diretor de política monetária do Banco Central durante a crise, isso ocorreu porque, primeiramente, o Brasil não tinha investimento algum fora do país. Segundo, o Brasil possuía uma reserva muito grande de moeda americana. E terceiro, porque os bancos afetados no Brasil foram os de pequeno e médio porte. Porém, mais tarde, o Brasil sentiu os efeitos da crise devido ao mal-uso de capital e a crise política que afetou o país anos após a crise econômica mundial de 2008.

2.4.2 O Pós-Crise e seus efeitos no tecido social

Os anos seguintes da crise foram marcados por mais dificuldades em vários países da Europa, com a imigração de refugiados Sírios, devido à guerra em seu país e ao desemprego principalmente da população mais jovem (BOOT; WILSON; WOLFF, 2016). Os Estados Unidos, segundo dados da *Bureau of Labour Statistics* (2016), também continuaram com problemas de desemprego durante alguns anos, até alcançarem, em 2015, o nível que estavam antes da crise. Porém, de acordo com seus próprios dados, o *Federal Reserve* dos Estados Unidos (2016) forçou a taxa de juros para baixo e ajudou a financiar os bancos, para que voltassem a dar crédito facilmente e fizessem a economia crescer novamente, mais uma vez,

baseando o seu crescimento econômico no incentivo ao consumo. O mesmo aconteceu com a Inglaterra, segundo Moore (2015). Taxa de juros baixas para incentivar o consumo da população.

Em ambos os casos, da Europa e dos Estados Unidos, é observável um fator em comum; os mais prejudicados são aqueles de populações de menor renda. No caso da Europa, de acordo com Boot, Wilson e Wolff (2016), jovens se encontram sem condições financeiras de entrar em uma universidade, e sem conseguir emprego para poderem pagar uma. E no caso dos Estados Unidos e Inglaterra, a população está, mais uma vez, se endividando sem condições reais de pagarem suas dívidas.

No Brasil a crise iniciou mais tarde, no ano de 2014, com a entrada da recessão no cenário econômico. Por isso, não se pode dizer que o país está no pós-crise. Ainda se sente impactos do desemprego, da falta de crédito, da paralização dos investimentos e do, ainda em andamento, corte de gastos dos governos federal, estaduais e municipais. Contudo, já se pode verificar que os mais prejudicados durante esta crise são aqueles da população de mais baixa renda, que estão sentindo o desemprego e o aumento da inflação e da taxa de juros (BANCO CENTRAL EUROPEU, 2016).

2.5 O Sistema econômico atual

Como visto na seção 2.4, as crises ocorrem há muito tempo e podem causar grandes danos às sociedades, principalmente às populações de baixa renda. Contudo, não são somente crises que afetam pessoas das camadas mais pobres da sociedade, o próprio sistema econômico no qual toda a população está inserida, mesmo sem crises, promove a pobreza dos mais pobres e a riqueza dos mais ricos. As crises somente explicitam esse problema. Por isso, não se deve haver preocupação somente em como combater novas possíveis crises. É importante iniciar um processo de mudança de sistema.

De acordo com Nicholls *et al.* apud Banco Mundial (2006), em 2003 foi alcançado cerca de 6.3 bilhões de pessoas no mundo, sendo que quase metade destes em condições de pobreza, vivendo com menos de 2 dólares por dia. Mais de 1 bilhão de pessoas sofrem de desnutrição e de falta de água potável. Além disso, os 50% mais pobres do mundo representam somente 5% da riqueza mundial.

Esses dados são indícios que não podem ser ignorados. É necessária uma intervenção na maneira em que o sistema funciona. De acordo com Ikerd (2016), o sistema econômico predominante, com o “free-market”, não é sustentável por não se preocupar com a renovação dos recursos ecológicos e sociais. Pelo contrário, o capitalismo que a maior parte da sociedade moderna está inserida não parece se preocupar com fatores sociais e sim com a procura incessante por mais riqueza.

Ikerd (2016, p.1) diz,

Uma economia sustentável deve ser capaz de satisfazer as necessidades de uma geração atual, sem comprometer as oportunidades de gerações futuras. Assim, deve ser ecologicamente e socialmente responsável, e economicamente viável – todas são igualmente importantes. O capitalismo é um sistema muito eficiente de extração e exploração de recursos, mas não promove nenhuma garantia de renovação ou regeneração dos recursos ecológicos ou sociais dos quais a produtividade depende.

2.5.1 Novos Modelos Econômicos

Os problemas sociais citados na sessão anterior não são novidade. Há muito tempo já se sabia das desigualdades sociais e econômicas no mundo, da destruição do meio ambiente e, conseqüentemente, dos insumos naturais demandados pela indústria de transformação. A diferença é que atualmente a informação sobre esses problemas é muito mais divulgada, principalmente por meio da internet.

As mídias sociais às quais se tem acesso hoje são de extrema utilidade para a divulgação e o compartilhamento de informações relacionadas a projetos e possibilidades de mudança do sistema atual, o que não é encontrado facilmente em mídias comuns, como televisão, jornais e revistas

O crescimento de modelos que procuram a sustentabilidade econômica foi visível durante as últimas décadas. Ideias como a economia verde, economia compartilhada, “*fair-trade*”, empreendedorismo social, capitalismo sustentável e micro finanças, assunto desta monografia, abriram espaço para uma verdadeira discussão sobre o que se deve fazer para alcançar uma economia sustentável e socialmente responsável.

Quadro 1 - Novos Modelos Econômicos

Modelo	Descrição
Economia Verde	“Uma economia que resulte no bem-estar humano e na igualdade social, enquanto reduz significativamente riscos ambientais e escassezes ecológicas. É de baixa emissão de carbono, eficiente com os recursos e socialmente inclusiva.”. (UNEP, 2011)
Economia Compartilhada	A economia compartilhada é um modelo econômico no qual indivíduos podem emprestar ou alugar ativos de outras pessoas. O modelo é mais provável de ser utilizado em ativos de alto valor e que não são utilizados a todo momento. (Investopedia, 2016)
Fairtrade	O termo Fair Trade define uma parceria, baseada no diálogo, transparência e respeito, que procura uma igualdade no comércio internacional. Contribui no desenvolvimento oferecendo melhores condições de comércio de produtores e trabalhadores marginalizados, especialmente nos países em desenvolvimento. (Fairtrade International, 2011)
Empreendedorismo Social	Modelo que apoia abordagens práticas, inovadoras e sustentáveis para beneficiar a sociedade em geral, com ênfase nos marginalizados e pobres. Uma abordagem única para os problemas econômicos e sociais. Um empreendedor social é uma pessoa ou organização de boas intenções que dedicam suas vidas a melhoria social. (Schwab Foundation for Social Entrepreneurship, data não disponível).
Capitalismo Sustentável	O capitalismo sustentável requer uma integração da economia, sociedade e moralidade. Uma sociedade capitalista sustentável deve renovar e regenerar seu capital social e humano continuamente, para sustentar seu capital econômico. (John Ikerd, 2016).
Microfinanças	As microfinanças possibilitam a pessoas que estão excluídas do sistema bancário tradicional o acesso aos serviços financeiros. A atividade principal das microfinanceiras é prover microempréstimos para pessoas de baixa renda que procuram iniciar um micronegócio. Possibilitando a essas pessoas fazer investimentos e possivelmente criar mais uma fonte de renda. (Grameen Bank, 2016).

Fonte: Elaborado pelo autor

No Quadro 1 são apresentados alguns dos modelos de economia e finanças sustentáveis mais conhecidos internacionalmente, e suas definições. Estes modelos apontados no Quadro 1 já estão em funcionamento em algumas partes do mundo. Alguns já possuem grandes representantes. Um exemplo seria a companhia Airbnb, de economia compartilhada, que oferece serviços para pessoas de vários países alugarem seus quartos ou até apartamentos inteiros que estão subutilizados. Assim, gerando renda com algo que, em outra situação, seria apenas um ativo que não geraria nenhum retorno.

Como se pode observar no quadro 1, não faltam opções para substituir o modelo econômico em que o Brasil está inserido hoje por um modelo sustentável, que possibilite crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social e à preservação do meio-ambiente.

2.6 Microfinanças

De acordo com Bateman (2014), desde seu início, no final do século XX, as microfinanças cresceram consideravelmente ao redor do mundo. Ainda segundo Bateman (2014), a ideia de que a pobreza poderia ser erradicada somente dando a oportunidade de acesso ao sistema financeiro para a população, fez com que neoliberais e capitalistas se interessassem ainda mais pelas microfinanças, que se beneficiou de grandes investimentos por fundações associadas a ideias neoliberais.

Havia, porém, uma corrente que seguia um entendimento contrário ao do liberalismo: muitas das empresas de microfinanças sobreviviam de subsídios que provinham de corpos externos às organizações; ou seja, as microfinanceiras não se sustentavam sozinhas. O novo pensamento defendia que, agora, as microfinanceiras deveriam adotar o novo modelo e procurar o lucro para poderem se sustentar. Esse pensamento procurava demonstrar que doações e subsídios governamentais não seriam necessários para o desenvolvimento social de uma comunidade (BATEMAN, 2014).

Com o passar dos anos, o microcrédito se mostrou um investimento de bom retorno para seus investidores. Com o aumento de investidores no setor de microcrédito, ocorreu um “boom” no mercado. O acesso ao crédito ficara cada vez mais fácil, e assim o número de empréstimos cresceu em muitos países, principalmente em países em desenvolvimento, como se pode observar na Tabela 4.

Tabela 4 - Penetração de microfinanças por país e região (2008)

Global Ranking	Country	Borrower accounts/population
1	Bangladesh	25%
	(Andhra Pradesh State, India)	17%*
2	Bosnia and Herzegovina	15%
3	Mongolia	15%
4	Cambodia	13%
5	Nicaragua	11%
6	Sri Lanka	10%
7	Montenegro	10%
8	Vietnam	10%
9	Peru	10%

10	Armenia	9%
11	Bolivia	9%
12	Thailand	8%
13	India	7%
14	Paraguay	6%
15	El Salvador	6%
16	Burkina Faso	5%
17	Kyrgyzstan	5%
18	Ecuador	5%
19	Guatemala	5%
20	Mexico	5%
21	Colombia	5%
22	Morocco	4%

Fonte: Gonzalez, 2010. *Rozas and Sinha, 2010.

O crescimento das microfinanceiras começou a diminuir a partir da metade da primeira década do século XXI, quando uma crise de inadimplência surgiu em vários dos países que haviam adotado o novo modelo de microfinanças. Países como Índia, Marrocos, Paquistão e Nicarágua deixaram de dar retornos aos investidores e deixaram as microfinanceiras de seus países em situação delicada (REVISTA ÉPOCA ONLINE, 2012. Na Índia, em especial, foi constatado um grande número de suicídios de pessoas que não puderam pagar suas dívidas com as empresas de microfinanças (BUSINESS INSIDER, 2012). Empresas Indianas cobravam seus clientes de maneira agressiva e até mesmo ameaçadora, o que demonstrou ainda mais a desconexão das microfinanceiras de sua finalidade original, de cunho social e comunitário.

As causas dessa crise, de acordo com Chen, Rasmussen e Reille (2010), são três; “1. Concentração da competição do mercado e múltiplos empréstimos; 2. Supercrescimento do sistema e do controle de microfinanceiras; 3. Erosão da disciplina de empréstimo nas Microfinanceiras ”.

A ascensão e o declínio das microfinanças deixaram muitas perguntas a serem respondidas. Durante a pesquisa de Yunus em 1976, foi de fato constatada uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que pediram microempréstimos. Por outro lado, a partir do momento em que o modelo de microfinanças foi modificado para se encaixar no padrão liberal, o crescimento no número de

microfinanceiras dificultou um controle exato dos resultados sociais causados por estas.

A atividade principal das microfinanceiras é prover microempréstimos para pessoas de baixa renda que procuram iniciar um micronegócio. Possibilitando que essas pessoas façam investimentos e possivelmente criem mais uma fonte de renda (GRAMEEN BANK, 2016).

A ideia das microfinanças é possibilitar às pessoas que geralmente não teriam acesso a um sistema financeiro, a oportunidade de fazer empréstimos, criar contas bancárias, poupanças e adquirir seguros. As microfinanças também possibilitam a criação de moedas sociais, para incentivar a economia de uma região específica, além de informar e qualificar pessoas com interesse em criar novos negócios.

Essas ações têm a intenção de diminuir a pobreza mundial. O ano de 2005 foi considerado o ano do microcrédito pelas Nações Unidas. O objetivo era espalhar as microfinanças pelo mundo. Nos anos seguintes, mais de 58 países ao redor do mundo aderiram às microfinanças.

O modelo de microfinanças dado por Yunus em 1976 não era baseado em lucratividade, e sim na melhoria social da população de baixa renda, porém, conforme Bateman (2015), a ideia de Yunus foi modificada para um modelo que se encaixa nos ideais neoliberais, que não concorda com subsídios e intervenções governamentais. Portanto, o modelo de Yunus foi modificado para que as empresas de microfinanças fossem autossuficientes e que obtivessem lucros.

Ainda segundo Bateman (2015), o início da demonstração do desvirtuo das microfinanças iniciou em 2007, quando o maior banco de microcrédito do México, o Banco Compartamos, abriu seu capital. Esse evento acabou revelando algo inesperado; os investidores do banco estavam arrecadando grandes lucros, porém ainda não havia nenhuma evidência de uma melhora social e de diminuição da pobreza.

Outra evidência que fez com que a legitimidade do microcrédito entrasse em colapso ocorreu na Índia e Bangladesh, onde, de acordo com a Business Insider (2012), mais de 200 pessoas cometeram suicídio devido ao superendividamento de suas famílias. Empresas, buscando maior número de empréstimos, começaram a oferecer crédito para mais pessoas, sem se preocupar com suas rendas ou como iriam utilizar o capital emprestado. Assim, várias pessoas se endividaram e não conseguiram pagar seus empréstimos. Os representantes das microfinanceiras,

então, começaram a utilizar vários métodos diferentes para fazer com que os clientes pagassem suas dívidas; humilhando-os publicamente, ameaçando-os verbalmente e fisicamente. Por outro lado, de acordo com Cacciamali, de Matos e Macambira (2014, p.22),

Estudo quase experimental de avaliação de impacto realizado em Hyderabad, na Índia, em 2005, envolvendo grupos de tratamento e grupos de controle de 104 bairros pobres indicam que o microcrédito apresentou impacto positivo na receita de pequenos negócios e mostrou comportamento consistente na composição dos gastos das famílias.

Com os eventos ocorridos nos últimos anos, nasceram muitas dúvidas sobre a efetividade e a verdadeira intenção das microfinanças, não só pelos fatos descritos anteriormente, mas pela falta de evidência de sua efetividade. Em alguns países, como o Brasil, as microfinanças parecem estar mais voltadas para seu formato original; com suas microfinanceiras de maior expressão obtendo subsídios governamentais e tendo seu capital fechado, o que parece, de acordo com pesquisas mostradas nesse trabalho, estar funcionando para a diminuição da pobreza. Em outros países, como os citados no parágrafo anterior, as microfinanças estão, cada vez mais, perdendo sua legitimidade.

2.6.1 Sistema Bancário para as populações de menor renda

De acordo com Schreiner e Morduch (2002), nos Estados Unidos, muitos empreendedores em potencial são impedidos de iniciar seus empreendimentos por falta de capital, dada a regulação governamental. Além da falta de conhecimento técnico do mercado e do gerenciamento de uma empresa.

Para o Consumer Financial Protection Bureau (2013, p.8), nos Estados Unidos, “consumidores de baixa renda enfrentam barreiras políticas, institucionais e pessoais que as restringem o acesso ao sistema financeiro”. Essas barreiras são, além de requerimento de documentos, o custo de serviços bancários e a falta de produtos que se encaixem com o perfil e as necessidades dessa população.

Ainda de acordo com a pesquisa da Consumer Financial Protection Bureau (2013, p.9), as maiores dificuldades de pessoas de baixa renda ao se qualificarem para empréstimos são: o histórico baixíssimo de crédito, falta de conhecimento sobre tipos e possibilidades de empréstimos, falta de conhecimento de como melhorar seus créditos e a falta de conhecimento sobre a acessibilidade de crédito

para eles. Ou seja, além das barreiras financeiras para o acesso ao crédito, as pessoas de baixa renda ainda não possuem informações sobre o funcionamento e as funções do crédito.

Segundo Sivy (2012), 1 em cada 9 americanos não possuem uma conta corrente, e 1 em 3, não possui acesso a todos os serviços financeiros básicos. Na Tabela 5, pode-se observar os números de famílias sem acesso à serviços bancários no Estado Unidos. Isso mostra que a exclusão financeira de pessoas de baixa renda não acontece somente em países pobres ou em desenvolvimento.

Tabela 5 - População sem acesso a serviços bancários nos Estados Unidos, por faixa de renda.

Renda Familiar	Número de Famílias Totais (milhares)	%	Número de casas sem serviços bancários (milhares)	%
Menos de \$15.000	19.541	16.2	5.510	28.2
Entre \$15.000 e \$30.000	22.073	18.3	2.581	11.7
Entre \$30.000 e \$50.000	24.787	20.6	1.221	4.9
Entre \$50.000 e \$75.000	21.975	18.3	431	2.0
Mais que \$75.000	32.032	26.6	132	0.4

Fonte: 2011. FDIC, National Survey of Unbanked and Underbanked Households (https://www.fdic.gov/householdsurvey/2012_unbankedreport.pdf).

Em países asiáticos não é diferente. Em pesquisa da Asia Foundation (2012), um terço da população urbana de países como o Vietnã ainda não utiliza serviços financeiros e produtos bancários. A pesquisa mostrou ainda que 50% dos trabalhadores da indústria, como garçons, barbeiros, guardas e motoristas, do Vietnã, ainda não utilizaram o sistema bancário.

No Brasil, apesar de apenas 68% dos adultos terem uma conta corrente em banco (DERMIGUC-KUNT *et al.*, 2014), de acordo com documentos publicados por Bankable Frontier Associates e Plano CDE (2012), as pessoas de baixa renda têm acesso a várias possibilidades de crédito e também demonstram um bom conhecimento do funcionamento e das possibilidades de crédito, se comparado a outros países em desenvolvimento. O recente aparecimento de microfinanças e de projetos de incentivo ao crédito orientado para empreendimentos e consumo também dispuseram de grande participação no crescimento do crédito no país nas últimas décadas.

2.6.2 O Microcrédito no Brasil

Segundo Barone e Sader (2008), o microcrédito é um dos produtos das microfinanças. No Brasil, o microcrédito é apoiado pelo governo, porém, somente o microcrédito produtivo orientado, que foca nos micro e pequenos empreendimentos, formais e informais. Essa categoria de microcrédito foca em empreendedores de baixa renda que precisam de crédito para investir e desenvolver seus negócios. A ideia do microcrédito produtivo orientado não é financiar o consumo, ao menos não diretamente. Isso pode vir a acontecer, porém, em caso de aumento de renda após investimento no empreendimento, o que pode levar a um aumento no consumo familiar.

Em 2005, foi criado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, lei voltada à atividade de microcrédito produtivo, criando fontes adicionais de recursos junto com o incentivo a outros serviços financeiros ligados ao mesmo público do microcrédito produtivo, e a criação de fundos específicos para o microcrédito.

Essa lei deixa claro que o público a ser beneficiado com o programa é a população de baixa renda que possui ou pretende abrir um empreendimento de micro ou pequeno porte. Oferecendo crédito subsidiado pelo governo, com taxas de juros muito abaixo do mercado.

2.6.3 O Microcrédito em Fortaleza

Dentre os projetos beneficiados pela lei mencionada, está o CredAmigo, um dos projetos a ser analisado nesse trabalho. O CredAmigo é o maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul.

O programa existe desde 1998 e foi criado em Fortaleza, em uma união entre o Banco do Nordeste e o Banco Mundial (BNB, 2016). O Banco do Nordeste é o único banco público a atuar com empréstimos diretos ao cliente e mantém seu foco no Nordeste do país, atuando também no norte do Espírito Santo e Minas Gerais.

Outro programa que reside na área metropolitana de Fortaleza é o do Banco Paju, em Maracanaú. O Banco Paju lembra outro projeto de microfinanças já consagrado na cidade de Fortaleza; o Banco Palmas, que foi criado no Conjunto Palmeiras em Fortaleza e que possui uma moeda social chamada Palmas.

Segundo Landim (2016), uma das coordenadoras do projeto, o Banco Paju foi fundado em dezembro de 2006 por uma Iniciativa dos moradores da comunidade de Pajuçara. Antes era uma Associação da Área Verde, dos moradores do bairro, porém, Eudásio, fundador do banco, ficou sabendo da existência do banco Palmas, no conjunto palmeiras, e decidiu implantar o sistema em Pajuçara, vendo similaridades entre os dois bairros e diante do sucesso obtido com o modelo no Conjunto Palmeiras. Existe até hoje um acompanhamento e uma parceria do Banco Palmas para com o Pajus. Havendo uma troca de conhecimentos e experiências entre os dois projetos.

Para que o trabalho fosse devidamente fundado, viu-se necessária uma fundação com base desde os princípios e os ideais econômicos, suas funções e evoluções, passando pelo sistema financeiro e os bancos comerciais, até chegar na situação econômica atual, as novas ideias surgidas da necessidade de sustentabilidade dentro do sistema econômico e o tema base da pesquisa; as microfinanças. Sem entender os motivos por trás da criação das microfinanças, não seria possível visualizar de maneira íntegra a sua importância.

3 METODOLOGIA

Segundo Andrade (2005), metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento.

Buscando analisar a temática proposta, este trabalho será de caráter investigativo a respeito do tema proposto. Utilizando a pesquisa bibliográfica e também a pesquisa de campo.

Para a base teórica, será necessária a pesquisa bibliográfica. Para o conhecimento aprofundado das instituições estudadas, será necessário um estudo de campo com entrevista aberta a representantes de programas relacionados aos objetos de pesquisa.

A análise de dados será de caráter qualitativo e quantitativo para melhor compreender os efeitos das microfinanças nas comunidades de baixa renda da cidade de Fortaleza. Além de valores quantitativos como o crescimento de renda pós empréstimo, o número de empréstimos feitos e a quantidade de beneficiados, será analisada, via entrevista com representantes das instituições, a satisfação dos participantes dos programas oferecidos pelos objetos de pesquisa, caracterizando, assim, uma análise quantitativa-qualitativa.

O modelo de questionário para a entrevista, com informações sobre as perguntas feitas durante a mesma, se encontra no apêndice do trabalho. A entrevista só pôde ser feita em um dos objetos pesquisados; o Banco Paju. O CredAmigo não se dispôs a responder o questionário ou a ser entrevistado oficialmente.

4 ANÁLISE DAS MICROFINANCEIRAS NA CIDADE DE FORTALEZA

Nesta seção, procurou-se, inicialmente, apresentar características dos projetos do CredAmigo e Banco Paju na cidade de Fortaleza, enfocando nas missões e visões de cada um destes, no número de clientes ativos, nas condições para empréstimos, na sustentabilidade dos projetos e nas taxas de juros e inadimplência de cada projeto. É importante ressaltar que o Banco Palmas não é objeto de estudo dessa monografia por já ter sido estudado por vários estudantes de vários países e já ter resultados consistentes em pesquisas bibliográficas e de campo.

Em seguida, com base na pesquisa secundária feita com base no relatório anual do CredAmigo e na pesquisa feita no livro “A Atividade e a Política de Microcrédito no Brasil: Visões Sobre sua Evolução e Futuros Desafios”, por Maria Cristina Cacciamali, Franco de Matos e Júnior Macambira (2014), e na pesquisa de campo, feita com base em entrevistas abertas com representantes do Banco Paju, será analisada a eficiência dos projetos em relação aos seus impactos sociais e aos retornos financeiros alcançados. Analisando a evolução financeira de seus clientes, e também aspectos sociais, como melhora na educação, saúde e lazer, além da análise de possível criação de empregos por clientes dos projetos.

Posteriormente, são apresentados os resultados obtidos em ambas as pesquisas, para que se faça possível uma conclusão para a pergunta da pesquisa.

4.1. Descrição dos Projetos CredAmigo e Banco Paju.

O programa CredAmigo do Banco do Nordeste é o maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul, possibilitando o acesso ao crédito de milhares de empreendedores de baixa renda, dos setores formal e informal com empresas de micro e pequeno porte.

Com 124 unidades de atendimento à população somente do Ceará, o CredAmigo conta hoje com uma carteira de mais de 674 mil clientes ativos no valor de cerca de 880 milhões de reais, o CredAmigo já beneficiou quase 1,2 milhões de clientes desde o início de suas atividades, em 1997 (RELATÓRIO ANUAL CREDAMIGO, 2015).

Destes clientes, 50% têm uma renda familiar abaixo de 1000 reais mensais, 72% estão entre idades de 25 a 50 anos, sendo 67% mulheres. Esses números já demonstram a importância deste tipo de programa para combater a pobreza no Brasil. Considerando que a média da família brasileira é de 2 adultos e 2 crianças, deixando assim, para metade dos clientes do CredAmigo, 250 reais por membro da família.

O nível de educação dos clientes do projeto também indica outros problemas sociais além da situação financeira destas populações. Dos clientes do CredAmigo, apenas 7% cursaram o ensino superior, 54% não cursaram o ensino médio, sendo 2% destes analfabetos.

O projeto está dentro dos requisitos dados pelo BNDES, com um índice de inadimplência de apenas 1,22% no ano de 2015, sendo esse o nível mais alto dos últimos anos, devido à crise financeira e política em que o país se encontra.

As taxas de juros do CredAmigo variam entre 1,2%a.m, para grupos solidários de 11 até 30 pessoas, à 2%a.m, para empréstimo com coobrigados os quais assumem a dívida em caso de não pagamento de um dos beneficiados. Todos são acompanhados de uma taxa de abertura de crédito de até 3% do valor total do empréstimo (BNB, 2016).

O Banco Paju, de acordo com Landim (2016), tem como público alvo os empreendedores locais do bairro Pajuçara, em sua maioria mulheres. O banco também realiza empréstimos para consumo, porém, estes são feitos somente em moeda Maracanã, a qual gira somente na região do bairro e é aceita somente por alguns comerciantes locais. Os empréstimos feitos em moeda Maracanã funcionam sem juros e com os beneficiados tendo até 30 dias para pagar. Para o empréstimo ser realizado deve-se ter, para cada 1 Maracanã, 1 Real no caixa do banco. Ou seja, a moeda tem o mesmo valor do Real, porém, incentiva a comunidade a consumir dentro da área do bairro e assim fazer a renda girar dentro do mesmo.

A missão do Banco Paju é promover o desenvolvimento local através da economia solidária. O banco é uma Organização sem fins lucrativos e uma Organização Social de Interesse Público (OSIP). Com isso, os juros cobrados nos microempréstimos produtivos orientados vão entre 1% a 1,5%, de acordo com o valor do empréstimo. Quanto maior o valor do empréstimo, maior os juros cobrados.

Em relação ao funcionamento dos empréstimos feitos pelo Banco Paju, primeiramente o cliente interessado vai ao banco, solicita o crédito, informa seu

CPF, RG e comprovante de residência e aguarda o processamento do seu pedido. Após o processamento do pedido, um agente do banco vai à residência do cliente para checar se existe de fato o empreendimento. Após a confirmação a existência de empreendimento, o banco realiza uma consulta ao SPC, sendo esse uma etapa não fundamental para a aprovação final do empréstimo.

Em seguida transfere-se o processo para o comitê de avaliação de crédito para este decidir se o empréstimo vai ou não ser liberado. Após a aprovação do empréstimo existe o acompanhamento do empreendimento pelos agentes do banco. Após o empréstimo existe também a checagem da aplicação do dinheiro no empreendimento.

A liberação do crédito ocorre junto com outros empréstimos de outros moradores da comunidade. Se algum indivíduo não completar o pagamento dentro do tempo disponibilizado pelo banco, as outras pessoas que receberam seus empréstimos no mesmo processo tomam conhecimento, porém, não devem pagar o valor devido pelo indivíduo.

O motivo da liberação dessa informação, de acordo com Landim (2016), é que caso alguém do grupo precisar de mais crédito, o banco não vai ter caixa suficiente para efetuar o empréstimo e vai explicar o porquê. Porém, existe um contato com o cliente inadimplente antes de informar o resto do grupo, para saber os motivos da inadimplência e tentar, de alguma maneira, resolver o problema e verificar o real motivo pelo qual o cliente não pagou seu empréstimo. Caso exista, de fato, uma incapacidade do cliente de pagar sua dívida, o banco procura ajudar o cliente a crescer financeiramente, para poder pagar sua dívida e melhorar sua condição social.

Baseado no modelo do Banco Palmas, o Banco Paju procura participar ativamente na comunidade, proporcionando oficinas e cursos profissionalizantes, projetos de independência das mulheres e com projetos contra a violência no bairro, para crianças e jovens de Pajuçara. O banco também oferece a ajuda de contadores e advogados para os micro e pequenos empreendedores da comunidade, possibilitando e facilitando a profissionalização e a formalidade dos empreendimentos.

O projeto não é plenamente sustentável, por isso necessita de parceiros para se manter ativo. De acordo com Landim (2016), o crédito oferecido não cria lucros, porém, é o suficiente para cobrir a inadimplência. A necessidade de parceiros se

deve aos custos para se manter a estrutura do banco e seu funcionamento (contas de luz, materiais de escritório, água, salários). Hoje, o banco não possui parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza. Porém executam projetos com o governo estadual e federal.

No ano de 2016, a Secretaria Estadual de Economia Solidária, que era responsável por fortalecer e apoiar os bancos solidários do estado, como a Banco Paju e o Banco Palmas, fechou. Agora, a responsabilidade de apoiar essas organizações foi alocada em uma subdivisão de finanças do Governo do Estado do Ceará. A linha de crédito é própria no momento. Por isso o banco está trabalhando somente com os clientes já cadastrados, e não recebendo novos clientes. Existia uma parceria com a Caixa Econômica Federal, porém, de acordo com Landim (2016), por motivos da alta inadimplência no atual momento do país, a parceria foi encerrada. A Caixa requereu muita burocracia na liberação de crédito do Paju, o que não é compatível com o que o banco pretende oferecer a sua comunidade.

4.2 Análise dos Projetos CredAmigo e Banco Paju.

Para a análise do programa CredAmigo, foi utilizada uma pesquisa de dados secundários com base em um documento apresentado por Souza (2011).

Primeiramente, assim como os outros programas a serem analisados, o CredAmigo não se utiliza de qualquer tipo de instrumento para medição do impacto social e de redução de pobreza das suas práticas. Os valores utilizados como renda antes e depois de empréstimos são estimados por agentes de crédito do banco junto aos clientes, porém, os empreendedores que já pediram empréstimos ao CredAmigo, em geral, não possuem um verdadeiro controle de seus lucros e nem mesmo sabem ao certo se seus empreendimentos são, de fato, rentáveis.

O CredAmigo procura, por outro lado, ajudar e orientar seus clientes a estudar e entender um pouco de finanças e de como gerir um empreendimento. De acordo com o Relatório Anual do CredAmigo (2015), o programa ajuda seus clientes a se preparar para assumir um empréstimo ao entregar cartilhas com conteúdo sobre gestão empresarial e questões de âmbito financeiro. Após a entrega da cartilha existe um acompanhamento feito por representantes do programa, no qual se procura conferir a estabilidade do negócio e se existe a necessidade de ajuda especializada, para questões de gerenciamento.

Esse processo de ensinar e orientar seus clientes é o que permite o programa CredAmigo ser chamado de um programa de microcrédito produtivo orientado. Já que os empréstimos não são feitos para questões de consumo, somente para produção, comércio e serviços.

É importante também frisar o fato de que o programa do CredAmigo oferece não somente o microcrédito, mas também outros produtos das microfinanças, como o microseguro para famílias e seus negócios, o empréstimo de maquinetas para cartão de crédito e a abertura de uma conta corrente gratuita no Banco do Nordeste.

Todos esses outros produtos ajudam não somente o empreendedor a economizar, mas também possibilita e estimula uma melhor organização dos empreendedores, que muitas vezes não conseguem se organizar e crescer os seus negócios.

A Tabela 6, demonstra a evolução da renda familiar média dos clientes do programa, antes e depois dos empréstimos, sendo cada faixa de ciclo na Tabela, referente ao número de empréstimos feitos por esse grupo de clientes. E cada valor de renda inicial e final, uma média das rendas iniciais e finais do grupo de clientes analisado.

Tabela 6 - Evolução da Renda Familiar média por Ciclo (número de empréstimos)

Ciclo	Renda Inicial (R\$)	Renda Final (R\$)	Varição (%)
4	544,4	794,78	46,09
5	524,61	885,31	68,75
6	533,57	928,67	74,05
7	579,67	1000,15	72,54
8	558,65	1017,09	82,06
9	543,49	1088,07	100,20
10	534,43	1050,37	96,54
11	580,02	1211,47	108,87
12	578,68	1128,13	94,95
13	638,63	1091,42	70,90
14	599,65	1082,05	80,45
15	616,00	1237,66	100,92
16	579,91	860,36	48,36
17	733,25	1192,50	62,63
18	769,50	1185,00	54,00
19	689,67	1169,67	69,60

Fonte: Souza, Jane Mary Gondim de, Microcrédito em Fortaleza: Um instrumento de redução da pobreza (2011).

Levando em consideração a Tabela 6, pode-se visualizar uma melhoria na renda de todas as faixas de ciclos estudados. Isso já demonstra uma efetividade no combate à pobreza, porém, não necessariamente a renda apresentada na Tabela 6 representa a renda produzida pelo lucro com a empresa financiada pelo projeto.

Na Tabela 7, se pode observar a constituição da renda familiar separada em lucro do negócio e em outras rendas provindas de outras atividades.

Tabela 7 - Composição da Renda Familiar Média

EMPRÉSTIMOS								
Faixas	4 a 5		6 a 10		11 a 15		16 a 19	
Renda	Lucro	Outros	Lucro	Outros	Lucro	Outros	Lucro	Outros
Inicial	422,36	112,68	438,86	110,58	463,82	131,24	549,70	96,30
Final	700,63	136,05	877,61	122,64	1040,93	99,66	877,15	128,50
Var(%)	65,88	20,74	99,97	10,90	124,43	-24,06	59,57	33,44

Fonte: Souza, Jane Mary Gondim de, Microcrédito em Fortaleza: Um instrumento de redução da pobreza (2011).

Na Tabela 7 observa-se que, apesar de que as rendas não ligadas ao empreendimento financiado também subiram em sua maioria, está claro que o aumento decorrido nos negócios após os empréstimos foi em proporções muito maiores do que em outras fontes de renda. Porém, não foi possível obter informações sobre empreendedores que fizeram apenas de 1 a 3 empréstimos. De acordo com a pesquisa realizada em 2011, a taxa de evasão do programa CredAmigo cai de 58,9% para 12,9% quando desconsiderados os clientes que fizeram menos de 4 empréstimos. Esses são exatamente aqueles mais suscetíveis a terem tido problemas ao investirem nos seus respectivos negócios e ficado endividados. Outro indicador que desafia a eficácia das microfinanças na redução da pobreza é o de hiato de pobreza para famílias abaixo da linha de pobreza. A Tabela 8 demonstra o resultado das coletas nessa população.

Tabela 8 - Análise do Hiato de pobreza.

Faixas de Valor (R\$)	Qde	(%)	Renda Média inicial	Renda Média Final	Renda de Hiato inicial	Renda de Hiato final
230 - 343	9	1,4	450,22	284,33	349,78	515,67
344 - 456	52	8,1	412,20	402,17	387,80	397,83
457 - 569	36	21,1	459,43	524,17	340,57	275,83
570 - 682	209	32,9	513,11	627,84	286,89	172,16
>683	235	36,6	526,42	741,93	273,58	58,07
Total	641	100,0				

Fonte: Souza, Jane Mary Gondim de, Microcrédito em Fortaleza: Um instrumento de redução da pobreza (2011).

É possível visualizar pela Tabela 8, que as famílias que tinham as menores rendas não apresentaram um resultado positivo após os empréstimos feitos. Porém, de acordo com o aumento da renda inicial, existiu um aumento também no resultado após o empréstimo.

Pelo Banco Paju não foi disponibilizado nenhum tipo de dados quantitativos, com exceção do crescimento da renda dos clientes do projeto. As informações acerca de impactos sociais causados pela organização são referentes ainda à entrevista feita durante a pesquisa, e possui carácter somente qualitativo.

O bairro de Pajuçara está localizado no município de Maracanaú, sendo o bairro menos desenvolvido do município. A própria localização do bairro interfere em seu desenvolvimento, de acordo com Landim (2016). O fato de estar localizado entre Fortaleza e Maracanaú, faz Pajuçara ficar sem identidade e sem receber grandes investimentos de ambas as prefeituras.

De acordo com Landim (2016), a falta de lazer, a renda mal distribuída e a pobreza fazem com que Pajuçara seja um dos bairros mais violentos de Maracanaú, que, por sua vez, é o terceiro município cearense e o quinquagésimo quarto município brasileiro com maior número de assassinatos por cem mil habitantes. (DEEPASK apud Ministério da Saúde, 2013).

De acordo com Landim (2016), o município de Maracanaú tem cerca de 70% de sua população recebendo e sobrevivendo com o bolsa família e outros benefícios do governo. Tendo ainda como maioria da população, jovens e mulheres.

O Banco Paju está passando por um momento difícil, por falta de clientes e de financiamento. Landim (2016) diz que o banco sofreu muito quando perdeu seu correspondente bancário. Esse serviço extra oferecido pelo banco era um tipo de

“isca” para que a comunidade conhecesse o banco e se informasse sobre as possibilidades de crédito. A retirada do correspondente bancário ocorreu após 13 assaltos ao local. A violência, um dos problemas sociais enfrentados na comunidade, foi um importante fator para o decréscimo no desenvolvimento do banco e da comunidade de Pajuçara. Outros fatores para a impopularidade do banco são a resistência dos moradores pelo fato da organização ser antiga, e a falta de divulgação do projeto. Pessoas tendem a utilizar o programa CredAmigo ou até fazer empréstimos com agiotas ao invés de se utilizar das facilidades e benefícios do Paju.

A carteira atual do banco é formada somente por clientes já cadastrados anteriormente. Por falta de verba e parceiros, em meio a atual crise econômica do país, o banco não tem condições de receber novos clientes, o que também dificulta a sua ampliação.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo Banco Paju, Landim (2016) afirma que o Paju ainda faz diferença positiva na qualidade de vida e nas condições sociais da comunidade de Pajuçara. De acordo com Alves (2017), criador do projeto, estima-se um aumento médio de cerca de 30% na renda dos clientes do banco, após serem beneficiados pelos empréstimos.

O primeiro efeito positivo do banco na comunidade foi o reconhecimento da organização de moradores de Pajuçara. O banco chamou a atenção do governo. Por estar ali, a rua do Paju recebeu calçamento. O banco recebeu visitas do governo de Cabo Verde, Venezuela. Todos os anos recebem um aluno para fazer intercâmbio e estudar o banco e seu funcionamento, trazendo estima e valorização local.

As histórias de alguns clientes também foram contadas. Abaixo, estão algumas das histórias mais memoráveis de clientes do Paju.

Francisco, ou Chico do Sofá, foi um dos clientes mais marcantes do Banco Paju; o projeto do cliente era abrir uma reciclagem de sofás. Ele procurou primeiramente crédito do Banco do Brasil, porém, por ter o nome no SPC, o empréstimo foi recusado. Ele veio com um sofá para mostrar a ideia ao Paju. O comitê deu a chance para ele, dando um crédito de 800 reais. Hoje, Chico recicla sofás para grandes lojas em Fortaleza, e oferece emprego a 10 pessoas em sua pequena fábrica.

Outra história marcante foi a de uma costureira, também com dificuldades de acessar o crédito por ter seu nome no SPC. Por vender bem, e costurar bem, após

conseguir o empréstimo do Banco Paju, ela trocou de casa, tem um meio de transporte, viaja para o interior, tem clientes fixos e já empregou algumas outras costureiras da comunidade.

Quando perguntada sobre geração de emprego, Landim (2016) disse que a grande maioria dos empregos gerados pelas empresas apoiadas pelo microcrédito oferecido pelo Banco Paju são informais, porém, ressaltou que alguns dos empreendedores apoiados pela organização geraram empregos formais. Em troca de mensagens com o criador do banco, Eudásio Alves, foi fornecido o dado de que a cada 1 cliente atendido pelo Paju, 1 emprego direto é criado. Não foi fornecida informação em relação a formalidade dos empregos criados.

O Banco Paju continua a funcionar e está em busca de parceiros para conseguirem voltar a proporcionar oportunidades a pessoas como os protagonistas das estórias contadas neste estudo. De acordo com Landim (2016), a falta de visibilidade da instituição por parte de órgãos públicos e privados ainda impede o projeto de avançar em busca de sua missão. Universidades, a mídia e outras instituições formadoras de opinião precisam participar e se envolver com esse tipo de projeto, para que a informação flua mais facilmente e para que as pessoas tenham uma visão mais clara da natureza e da intenção de projetos como o do Banco Paju.

4.3 Limitações do Estudo

As principais limitações da pesquisa secundária se devem aos seguintes fatos:

- a) De acordo com a própria fonte da pesquisa secundária, os valores de renda divulgados pelos empreendedores entrevistados não podem ser considerados precisos por não provirem de registros de despesas e receitas, e sim de suposições e estimativas feitas pelos empreendedores junto aos assessores de crédito do próprio CredAmigo. Além disso, as rendas provindas de lucros do empreendimento e de outros trabalhos realizados fora do negócio ficam geralmente juntas, sendo difícil saber ao certo o valor gerado em cada atividade;
- b) Outro fator que limita a precisão do estudo diz respeito às outras rendas da família. Como as rendas são utilizadas para calcular a capacidade de

pagamento do cliente, alguns valores de renda que cônjuges ou outros familiares recebem são desconsiderados quando muito altos, para que não impactem negativamente o valor da prestação do empréstimo, constando como renda familiar somente os rendimentos provenientes dos micronegócios. Isso pode impactar a pesquisa por poder mostrar uma condição financeira menor que a realidade de alguns clientes. Esses clientes não são realmente pobres, são somente interessados em aumentar a renda familiar;

- c) A última limitação encontrada na pesquisa secundária é a falta de informação na fonte, sobre as atualizações inflacionárias das rendas informadas. Assim, dificultando saber o crescimento real da renda familiar dos clientes. Alguns clientes realizam empréstimos há mais de cinco anos. Ou seja, caso a renda apresentada ao final deste período não tenha sido atualizada com as taxas inflacionárias do período, o valor real do crescimento da renda vai ser diminuído.

Em relação à pesquisa primária, a maior limitação do estudo é o fato de que todas as informações e dados recolhidos e apresentados vieram de somente duas fontes: dois empregados do banco. Assim, prejudicando a confiabilidade e a precisão da pesquisa.

Outra limitação da pesquisa primária é a falta de dados numéricos oferecidos, tendo apenas dados estimados do crescimento de renda dos clientes do projeto e da geração de empregos. Dificultando a quantificação precisa da melhoria de renda dos clientes do Banco Paju.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas décadas trouxeram novas perspectivas de melhoras nas condições sociais de sociedades de baixo desenvolvimento. Teorias como a da Economia Verde, Capitalismo Sustentável, Economia Solidária e *Fairtrade*, já produzem mudanças em contextos sociais de comunidades no mundo.

A Microfinança ainda é um assunto relativamente novo no mundo acadêmico, porém, já passou por grandes fases de desenvolvimento. E nas experiências feitas com as microfinanças, foi possível encontrar modelos de sucesso e de fracasso. As microfinanças estão cada vez mais sendo contestadas por acadêmicos de grande porte, e devem continuar sendo estudadas, com novas e mais precisas ferramentas para medição de impacto social, para que se possa chegar a uma conclusão mais exata dos verdadeiros efeitos das microfinanças em comunidade de baixa renda.

Considerando que o conceito de Microfinanças modernas advém de modelos de ideias que acreditam na importância do Estado para possibilitar oportunidades para os menos financeiramente favorecidos, a chegada de ideias libertárias nesse contexto fez com que houvesse uma mudança de objetivos nas empresas de microfinanças. Assim, as microfinanceiras começaram a buscar o mesmo que qualquer outra empresa busca: o lucro e a satisfação de seus investidores, ao invés de buscar o desenvolvimento social e econômico das comunidades onde atendem.

Países como o Brasil, onde existe uma maior regulamentação e cuidados na liberação de crédito, oferecem menos riscos as comunidades que utilizam do microcrédito, que em países como a Índia, onde as microfinanceiras ficam livres para funcionarem da maneira que bem entenderem.

Apesar das microfinanças também terem tido um efeito positivo em países onde se adotou uma postura mais liberal, a quantidade de clientes de empresas com características de empresas privadas, com base na pesquisa, são maiores do que em empresas que dependem de subsídios e que não procuram o lucro.

É importante haver mais pesquisas sobre as possibilidades de funcionamento de microfinanceiras, para se medir até onde uma postura mais voltada para o lucro pode ser benéfica para o alcance dos objetivos que este tipo de empresa deve ter; a melhoria das condições sociais e a diminuição da pobreza em comunidades de baixa renda.

Em Fortaleza, as microfinanceiras mais reconhecidas continuam sendo, em grande maioria, reguladas pelo Estado. Assim, mesmo que buscando o lucro, ainda devem manter regras e regulamentos para realizarem empréstimos, e podem oferecer, com os subsídios oferecidos pelo governo, taxas baixas de juros e boas condições de empréstimos para seus clientes.

É possível inferir pela pesquisa feita, que as microfinanceiras em Fortaleza são ferramentas úteis para o combate à pobreza e podem acelerar o desenvolvimento de comunidades na cidade de Fortaleza. Em relação aos clientes do CredAmigo, 54% conseguiram ultrapassar a linha da pobreza (R\$ 800,00 reais por família) após entrar no programa, e 76% conseguiram melhorar sua renda devido ao aumento no lucro do negócio.

Com exceção dos clientes com renda familiar inferior a R\$ 457,00 por mês, os quais diminuíram suas rendas após a entrada no programa, todos os clientes do CredAmigo apresentaram aumento em suas rendas, sendo a maior parte do crescimento devido aos seus empreendimentos.

Apesar das melhorias financeiras e da diminuição da pobreza, não foi possível identificar grandes melhorias sociais. As famílias relataram melhoria na alimentação, porém, em relação à educação, à saúde e à moradia, as melhorias relatadas não foram significantes. O aumento de renda apresentado pelas famílias beneficiadas pelo CredAmigo, em sua maioria, não foi suficiente para causar uma mudança na qualidade de vida dessas famílias, o que leva à dúvida sobre validade do investimento do governo nesse tipo de programa. Porém, com a baixa inadimplência demonstrada no projeto CredAmigo faz com que não haja perda de investimento.

Em relação às melhorias sociais no caso do Banco Paju, apesar de algumas histórias de grandes mudanças de vida, como a do Chico do Sofá e da Costureira, não foram relatadas grandes melhorias sociais na comunidade, além da melhoria financeira dos clientes. A autoestima e a conscientização dos clientes e da comunidade também são benefícios causados pela microfinanceira, porém, a qualidade de vida e o desenvolvimento social da comunidade não foram abordados efetivamente.

Pode-se concluir do estudo, que as microfinanceiras na cidade de Fortaleza são uma ferramenta efetiva e possivelmente sustentável para a diminuição da pobreza. Considerando que as taxas de juros são mais baixas que a do resto do

mercado, e que a inadimplência dessas organizações é abaixo de 2%, é possível inferir que as microfinanças são um método acessível para diminuir a pobreza de Fortaleza, porém, não único. As microfinanceiras apresentaram resultados positivos na renda de seus clientes, mas não resultados capazes de mudar o contexto social das comunidades em que vivem. Questões como educação e saúde não sofreram nenhum tipo de melhoria nas famílias beneficiadas pelos empréstimos. São necessários outros investimentos e ações do governo para que as comunidades de baixa renda da cidade de Fortaleza melhorem suas condições sociais.

Em relação as diferenças entre as Instituições de Microfinanças estudadas; apesar de ambas serem subsidiadas pelo governo, seja municipal, estadual ou federal, haviam diferenças em objetivos e abordagem ao cliente. O CredAmigo do Banco do Nordeste, é um programa que procura trazer lucros para a empresa e seus investidores. Apesar de ser um banco de desenvolvimento regional, seu capital é misto, e por isso, deve se preocupar com seus resultados para os acionistas. O Banco Paju, por outro lado, é um banco comunitário que não tem objetivos de lucro, mas sim com seu impacto social na comunidade de Pajuçara. O tipo de cada banco não fez diferença em seus resultados, ao menos no caso estudado. Ambos conseguiram melhoras principalmente financeiras em seus clientes. O CredAmigo com uma amplitude muito maior que a do Banco Paju, porém, com efeitos aparentemente similares nas comunidades atendidas.

No caso do Banco Paju, ficou clara a necessidade de um maior envolvimento do governo e da comunidade como um todo, como a mídia, as universidades e outras instituições formadoras de opinião, para que haja informação sobre projetos como o do Banco Paju para as pessoas de baixa renda, que poderiam se interessar em se tornarem clientes. Com a pesquisa feita, e os dados de que a inadimplência dessas organizações está abaixo de 2%, e que a maioria dos clientes conseguiram aumentar suas rendas, é possível comprovar a eficiência da prática realizada pelas microfinanceiras. Mostrando-se um bom investimento do governo para o combate à pobreza.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Eudásio. **Entrevista concedida a Rômulo Diniz via e-mail**. Fortaleza, 4 de janeiro. 2017.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- ARON-DINE, Aviva; KOGAN, Richard; e STONE, Chad. **How robust was the 2001-2007 economic expansion?** Washington: [s.n],2008. Disponível em: <<http://www.cbpp.org/research/how-robust-was-the-2001-2007-economic-expansion>>. Acesso em: 09 nov. 2016.
- ASIA FOUNDATION. **Banking on the poor: integrating low income populations into Vietnam's modern economy**. Califórnia:[s.n],2012. Disponível em: <<http://asiafoundation.org/2012/05/30/banking-on-the-poor-integrating-low-income-populations-into-vietnams-modern-economy/>>. Acesso em: 13 nov.2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Bancos de Desenvolvimento**. Brasília,2016. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bd.asp>>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Bancos de Investimento**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bi.asp>>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- BANCO CENTRAL EUROPEU. **What is driving Brazil's economic downturn?** Frankfurt, 2016. Disponível em: >https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/eb201601_focus01.en.pdf<. Acesso em: 23 NOV.2016.
- BANCO DO NORDESTE. **Crediamigo**. 2016. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/crediamigo>>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- BANCO MUNDIAL, **Gini index (World Bank Estimate)**. 2016. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?end=2013&locations=BR&start=1995&view=chart>>. Acesso em: 22 set. 2016.
- BANCO MUNDIAL, **Manufacturing, value added (% of GDP)**, 2016. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NV.IND.MANF.ZS>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- BANKABLE FRONTIER ASSOCIATES e PLANO CDE, **Financial management among Brazil's low income classes**: comprehensive, diversified, engaged. 2012. Disponível em: <<https://inclusaofinanceirabrasil.files.wordpress.com/2012/09/bfa-plano-cde-focus-note-financial-management-among-brazils-cde-classes-in-brazil.pdf>>. Acesso em: 14 nov.2016.
- BARONE; SADER. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.42, n.6,out. 2008.

BATEMAN, Milford, **From zorro to zombie: the rise and fall of the microfinance movement**. New York:[s.n] 2015. Disponível em: <<http://theconversation.com/from-zorro-to-zombie-the-rise-and-fall-of-the-microcredit-movement-51691>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BATEMAN, Milford. **The rise and fall of muhammad yunus and the microcredit model**. New York:[s.n], 2014.

BANK OF INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). **Triennial Central Bank Survey foreign exchange turnover in april 2013: preliminary global results**. New York:[s.n], 2013. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/rpfx13fx.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BOOT, Nuria; E. WILSON, Karen e B. WOLFFOS, Guntram. **Youth unemployment in the Mediterranean region and its long-term implications**. Madri:[s.n],2016. Disponível em: <<http://bruegel.org/2016/04/youth-unemployment-in-the-mediterranean-region-and-its-long-term-implications/>> Acesso em: 10 nov.2016.

BOOTH, William James. **Households on the moral architecture of the economy**. New York: Cornell University Press,1993.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. **Cronologia da crise**. Brasília:[s.n], 2009. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090902_aftershock_timeline_noflash.shtml>. Acesso em: 25 ago. 2016.

BUREAU OF LABOUR STATISTICS. **Labor force statistics from the current population survey**. Washington:[s.n], 2016. Disponível em: <<http://data.bls.gov/timeseries/LNS14000000>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BUSINESS INSIDER. **Hundreds of suicides in India linked to microfinance organizations**. New York:[s.n],2012. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/hundreds-of-suicides-in-india-linked-to-microfinance-organizations-2012-2>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

CACCIAMALI, Maria Cristina; DE MATOS, Franco e MACAMBIRA, Júnior. **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visões sobre sua evolução e futuros desafios**. São Paulo:[s.n], 2014. Disponível em: <http://www.sineidt.org.br/Publicacoes/Livros/008_A_Atividade_e_a_Politica_de_Microcredito_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

CHEN, GREG, RASMUSSEN, e REILLE, Growth and Vulnerabilities in Microfinance. **Revista Focus Note – CGAP**, São Paulo,v.33,n.61, p.33, fev.2010. Disponível em: <<https://www.cgap.org/sites/default/files/CGAP-Focus-Note-Growth-and-Vulnerabilities-in-Microfinance-Feb-2010.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **World Factbook**. São Paulo:[s.n], 2015. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2012.html>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CLAESSENS, Stijn e KOSE, M. Ayhan. **Financial crisis: explanations, types and implications**. New York:[s.n], 2013. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2013/wp1328.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU. **Empowering low income and economically vulnerable consumers: report on a national convening**. Washington:[s.n], 2013. Disponível em: <http://files.consumerfinance.gov/f/201311_cfpb_report_empowering-economically-vulnerable-consumers.pdf>. Acesso em: 13 nov.2016.

DEMIRGUC-KUNT, Asli; KLAPPER, Leora; SINGER, Dorothe e VAN OUDHEUSDEN, Peter. **The global index Database 2014: measuring financial inclusion around the world**. Washington:[s.n], 2014. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/187761468179367706/pdf/WPS7255.pdf>>. Acesso em: 14 nov.2016.

E. BACKHOUSE, Roger, **The ordinary business of life: a history of economics from the ancient world to the twenty-first century**. Princeton: EdUniversity Press, 2002. Disponível em: < <http://press.princeton.edu/chapters/s7247.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

EICHENGREENO, Barry, **The european economy since 1995**. Princeton:Student edition, 2007. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/03/25/books/chapters/0325-1st-eich.html>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

FAIRTRADE INTERNATIONAL. **What is fairtrade?**. Bonn:[s.n], 2016. Disponível em: <<https://www.fairtrade.net/about-fairtrade/what-is-fairtrade.html>>. Acesso em 11 nov. 2016

FEDERAL RESERVE. **Consumer Credit - G.19**. Washington:[s.n], 2016. Disponível em: <<https://www.federalreserve.gov/releases/g19/current/default.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. São Paulo: Atlas,1999.

GIL, Antonio Carlos, **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2016.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7.ed. São Paulo:[s.n], 1997.

GRAMEEN. **Everything you need to know about microfinance**. Washington:[s.n], 2016. Disponível em: <<http://www.grameen-credit-agricole.org/en/content/everything-you-need-know-about-microfinance>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

GRAMEEN, **History**. Washington:[s.n], 2016. Disponível em: <<http://www.grameen-bank.net/history/>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE,2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230440&idtema=105&search=ceara|fortaleza|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-educacao>>. Acesso em: 23 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000 e pesquisa de orçamentos familiares - POF 2002/2003**. Brasília: IBGE,2004. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230440&idtema=19&search=ceara|fortaleza|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>> . Acesso em: 23 set. 2016.

IKERD, John. **Sustainable capitalism: a matter of common sense, classroom and reading group discussion guide**. Washington:[s.n], 2005. Disponível em: <https://styluspub.presswarehouse.com/resrcs/other/1565492064_brochure.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

INVESTOPEDIA, **Bank**, 2016. Disponível em: <<http://www.investopedia.com/video/play/bank/>>. Acesso em: 07 nov.2016.

INVESTOPEDIA, **Investment Banks**, 2016. Disponível em: <<http://www.investopedia.com/terms/i/investment-banking.asp>> Acesso em: 07 nov. 2016.

INVESTOPEDIA, **Sharing Economy**, 2016. Disponível em: <<http://www.investopedia.com/terms/s/sharing-economy.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

LANDIM, Daniela. **Entrevista concedida a Rômulo Diniz**. Fortaleza:[s.n], 2016.

MARTIN NEIL BAILY, Martin Neil; J. ELLIOTT, Douglas. **The role of finance in the economy: implications for structural reform of the financial sector**. Washington:[s.n], 2013. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/research/the-role-of-finance-in-the-economy-implications-for-structural-reform-of-the-financial-sector/>>. Acesso em: 25 de out.2016.

MIDGLAY, James, **Social development: the developmental perspective in social Welfare**. [S.l]: SAGE,1995.

MISES, Ludwig Von. **Socialism, an economical and sociological analysis**. Washington: Epilogue,1951. Disponível em: >https://mises.org/sites/default/files/Socialism%20An%20Economic%20and%20Sociological%20Analysis_3.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2016.

MOORE, James. **Seven years after the crisis, Britain is still addicted to the drug of debt**. Washington:[s.n], 2015. Disponível em: <

<http://www.independent.co.uk/news/business/comment/seven-years-after-the-crisis-britain-is-still-addicted-to-the-drug-of-debt-a6755286.html>>. Acesso em: 10 nov.2016.

MOURA, Alexandre Rolim de, **Os trabalhos e os dias: hesíodo**. 22.ed.Curitiba:[s.n], 2012. Disponível em: <<http://www.segestaeditora.com.br/download/ostrabalhoseosdias.pdf>>. Acesso em: 20 set.2016.

NICHOLLS, SKOLL, YUNUS et al. **Social entrepreneurship: new models of sustainable social change**. New York:[s.n],2006. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=pysKgW9bgHkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

PARSONS, Talcott e SMELSER, Neil J. **Economy and society: a study in the integration of economic and social theory**. [S.l.;s,n],2002. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=sGAJUlxYniMC&oi=fnd&pg=PR1&dq=Talcott+Parsons+Neil+Smelser+\(2002\)+%22Psychological,+social+and+political%22&ots=c64nIXEGq8&sig=dV7d_Gbc9LcHMhqKO2dpoyT3Hzk#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=sGAJUlxYniMC&oi=fnd&pg=PR1&dq=Talcott+Parsons+Neil+Smelser+(2002)+%22Psychological,+social+and+political%22&ots=c64nIXEGq8&sig=dV7d_Gbc9LcHMhqKO2dpoyT3Hzk#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 06 nov. 2016.

PIKETTY, Thomas. **O capital do século XXI**. Rio de Janeiro:[s.n], 2014.

POSITIVE MONEY. **How we got here?** Washington:[s.n], 2013. Disponível em: <<http://positivemoney.org/how-money-works/how-did-we-end-up-here/>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

REVISTA ÉPOCA, **O Microcrédito cria pobres endividados**. Rio de Janeiro: Abril, 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2012/02/david-roodman-o-microcredito-cria-pobres-endividados.html>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

SALES, Robson, VALOR ECONOMICO, **Taxa de desemprego sobe para 11,2% no trimestre até abril**. Brasília:IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4582235/taxa-de-desemprego-sobe-para-112-no-trimestre-ate-abril-nota-ibge>>. Acesso: 25 ago. 2016.

SCHEFER, Luiz Fernando Nieuwenhoff, **Políticas de geração de trabalho e renda: implantação do consórcio social da juventude na região de Florianópolis**. 2006. 82 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Ciências Econômicas, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,2006.

SCHREINER, Mark e MORDUCH, Jonathan. **Opportunities and challenges for microfinance in the United States**. New York:[s.n], 2002. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=uoBqLle6KYC&pg=PA19&dq=Opportunities+and+Challenges+for+Microfinance+in+the+United+States&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjuou6R1cLSA#v=onepage&q=Opportunities%20and%20Challenges%20for%20Microfinance%20in%20the%20United%20States&f=false>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

Schwab Foundation. **What is a social entrepreneur?**. Geneva:[s.n], 2016. Disponível em: <<http://www.schwabfound.org/content/what-social-entrepreneur>>. Acesso em: 11 nov. 2016

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Definição de porte de estabelecimentos segundo o número de empregados**. Brasília:[s.n],2013. Disponível em: >https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/MPE_conceito_empregados.pdf<. Acesso em: 2 set. 2016.

SHULL, Bernard. **Too big to fail in financial crisis: motives, countermeasures, and prospects**. Hudson, NY:[s.n], 2010. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/sol3/DisplayAbstractSearch.cfm>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SIVY, Michael. **Why so many Americans don't have a Bank Account**. New York:[s.n], 2012. Disponível em: ><http://business.time.com/2012/11/20/why-so-many-americans-dont-have-bank-accounts/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

SMITH, Adam. **The glasgow edition of the works and correspondence vol. 2: an inquiry into the nature and causes of the Wealth of nations**. Indianápolis: Roy Harold Campbell, 2011. Disponível em: <http://www.ibiblio.org/ml/libri/s/backA_WealthNations_p.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

SOUTHERN, Pat. **Third century crisis of the roman empire**. New York:[s.n], 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/history/ancient/romans/thirdcenturycrisis_article_01.shtml>. Acesso em: 09 nov. 2016.

STIGLITZ, Joseph e E. WALSH, Carl. **Introdução a Macroeconomia**, 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TORÓS, Mario. Bastidores da crise. **Revista Valor Econômico**, Rio de Janeiro,v.13,n.14,p.12-18,nov. 2009.

TRIODOS, Bank. **Impact investing for everyone: a blueprint for retail impact investing**. New York:[s.n], 2014. Disponível em: <<http://www.socialimpactinvestment.org/reports/Triodos-Bank-report-on-Impact-investing.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

UNEP. **What is an inclusive Green Economy?**. New York:[s.n], 2016. Disponível em: <<http://www.unep.org/greeneconomy/what-inclusive-green-economy>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

UNITED NATIONS. **Human development index**. New York:[s.n], 2015. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hd>>. Acesso em: 20 set. 2016.

APÊNDICE A – ENTREVISTA

- 1- Qual a missão do projeto?
- 2- Como o projeto se iniciou?
- 3- Quem investe no projeto? E qual o retorno médio do investimento?
- 4- O projeto é sustentável? Se não, quem subsidia?
- 5- Quais são as pré-requisitos e as condições para o empréstimo?
- 6- Quais são os processos do projeto?
- 7- Existe algum tipo de acompanhamento dos clientes? E orientação?
- 8- De quanto em quanto tempo é feito o acompanhamento (se houver) dos clientes? Existe uma continuidade?
- 9- É usada alguma ferramenta para medir os impactos sociais causados pelo projeto?
- 10- Qual é a taxa de juros média mensal aplicada nos empréstimos?
- 11- Qual a taxa de inadimplência?
- 12- O que acontece se o cliente não pagar o empréstimo por falta de renda ou simplesmente por não pagar?
- 13- O Projeto oferece algum outro tipo de serviço financeiro além do microcrédito para pessoas de baixa renda?